

Revisão da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, alterada pela Lei n.º 113/2019, de 11/09 e, mais recentemente, pela Lei n.º 92/2021, de 17/12

REGIME JURÍDICO DA SEGURANÇA E COMBATE AO RACISMO, À XENOFOBIA E À INTOLERÂNCIA NOS ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS

Redação atual	PL 240/XXIII/2022	PL n.º 44/XV	Comentário FPF
<p>Artigo 2.º Âmbito A presente lei aplica-se a todos os espetáculos desportivos e a quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo, incluindo celebrações de êxitos desportivos, comportamentos em locais destinados ao treino e à prática desportiva, em instalações de clubes e sociedades desportivas e em deslocações de adeptos e agentes desportivos de e para os recintos ou complexos desportivos e locais de treino, com exceção dos casos expressamente previstos noutras disposições legais.</p>	<p>Artigo 2.º [...] A presente lei aplica-se a todos os espetáculos desportivos e a quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo, incluindo celebrações de êxitos desportivos, comportamentos em locais destinados ao treino e à prática desportiva, em instalações de clubes e sociedades desportivas, em deslocações de adeptos e agentes desportivos de e para os recintos ou complexos desportivos e locais de treino ou em concentrações de adeptos prévias, simultâneas ou posteriores ao espetáculo desportivo, com exceção dos casos expressamente previstos noutras disposições legais.</p>	<p>Artigo 2.º [...] A presente lei aplica-se a todos os espetáculos desportivos e a quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo, incluindo celebrações de êxitos desportivos, comportamentos em locais destinados ao treino e à prática desportiva, em instalações de clubes e sociedades desportivas, em deslocações de adeptos e agentes desportivos de e para os recintos ou complexos desportivos e locais de treino ou em concentrações de adeptos prévias, simultâneas ou posteriores ao espetáculo desportivo, com exceção dos casos expressamente previstos noutras disposições legais.</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>Artigo 3.º Definições Para efeitos do disposto na presente lei, entende-se por:</p> <p>a) «Agente desportivo» o praticante, treinador, técnico, pessoal de apoio, dirigente, membro da direção, gestor de segurança, coordenador de segurança, oficial de ligação aos adeptos ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente, o pessoal de segurança privada, incluindo-se ainda neste conceito os árbitros, juizes ou cronometristas;</p> <p>b) «Anel ou perímetro de segurança» o espaço, definido pelas forças de segurança, adjacente ou exterior ao recinto desportivo, cuja montagem ou instalação é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, compreendido entre os limites exteriores do recinto ou construção, delimitado por vedação permanente ou temporária e dotado de vãos de passagem com controlo de entradas e</p>	<p>Artigo 3.º [...] [...]: a) [...]; b) [...]; c) [...]; d) [...]; e) [...]; f) «Coordenador de segurança» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica certificada, contratado para a prestação de serviços no recinto desportivo, que é o responsável operacional pelos serviços de segurança privada no recinto desportivo e a quem compete, nomeadamente, chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de recinto desportivo, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo desportivo, atuando segundo a orientação do gestor de segurança;</p> <p>g) «Gestor de segurança» a pessoa individual, representante do promotor do espetáculo desportivo, com formação específica, responsável, nas modalidades e competições</p>	<p>Artigo 3.º [...] [...]: a) [...]; b) [...]; c) [...]; d) [...]; e) [...]; f) «Coordenador de segurança» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica certificada, contratado para a prestação de serviços no recinto desportivo, que é o responsável operacional pelos serviços de segurança privada no recinto desportivo e a quem compete, nomeadamente, chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de recinto desportivo, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo desportivo, atuando segundo a orientação do gestor de segurança;</p> <p>g) «Gestor de segurança» a pessoa individual, representante do promotor do espetáculo desportivo, com formação específica, responsável, nas modalidades e competições</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>de saídas, destinado a garantir a segurança do espetáculo desportivo;</p> <p>c) «Área do espetáculo desportivo» a superfície onde se desenrola o espetáculo desportivo, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos da respetiva modalidade;</p> <p>d) «Assistente de recinto desportivo» o vigilante de segurança privada especializado, direta ou indiretamente contratado pelo promotor do espetáculo desportivo, com as funções, deveres e formação definidos na legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada;</p> <p>e) «Complexo desportivo» o conjunto de terrenos, construções e instalações destinadas à prática de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas;</p> <p>f) «Coordenador de segurança» o profissional de segurança privada, com habilitações e formação técnica adequadas, direta ou indiretamente contratado para a prestação de serviços no recinto desportivo, que é o responsável operacional pelos serviços de segurança privada no recinto desportivo e a quem compete chefiar e coordenar a atividade dos assistentes de</p>	<p>modalidades e competições determinadas e em cada espetáculo desportivo, por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente pela execução dos planos e regulamentos de prevenção e de segurança, pela ligação e coordenação com as forças de segurança, o serviço municipal de proteção civil (SMPC);</p> <p>h) «Espetáculo desportivo» o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas, iniciando-se e terminando, quando ocorra em recinto desportivo, com a abertura e o encerramento, respetivamente, do recinto;</p> <p>i) «Grupo organizado de adeptos» o conjunto de pessoas, filiadas ou não em associação legalmente constituída, que atuam de forma concertada, nomeadamente através da utilização de símbolos comuns ou da realização de coreografias e iniciativas de apoio a clubes, associações ou sociedades desportivas, com carácter de permanência;</p> <p>j) «Interdição dos espetáculos desportivos» a proibição temporária de realização no recinto desportivo de espetáculos desportivos oficiais na</p>	<p>determinadas e em cada espetáculo desportivo, por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente pela execução dos planos e regulamentos de prevenção e de segurança, pela ligação e coordenação com as forças de segurança, o serviço municipal de proteção civil (SMPC), os bombeiros, o organizador da competição desportiva, os serviços de assistência médica e os voluntários, se os houver, bem como pela orientação do coordenador de segurança e orientação e gestão do serviço de segurança privada;</p> <p>h) «Espetáculo desportivo» o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas, iniciando-se e terminando, quando ocorra em recinto desportivo, com a abertura e o encerramento, respetivamente, do recinto;</p> <p>i) «Grupo organizado de adeptos» o conjunto de pessoas, filiadas ou não em associação legalmente constituída, que atuam de forma concertada, nomeadamente através da utilização de símbolos comuns ou da realização de coreografias e iniciativas de apoio a clubes, associações ou sociedades</p>	
--	---	---	--



<p>recinto desportivo, bem como zelar pela segurança no decorrer do espetáculo desportivo, atuando segundo a orientação do gestor de segurança;</p> <p>g) «Gestor de segurança» a pessoa individual, representante do promotor do espetáculo desportivo, com formação específica adequada, que integra os seus órgãos sociais ou a este se encontra diretamente vinculada por contrato de trabalho, no caso de entidades participantes em competições desportivas de natureza profissional, ou por contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, nos restantes casos, permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente pela execução dos planos e regulamentos de prevenção e de segurança, pela ligação e coordenação com as forças de segurança, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), os bombeiros, o organizador da competição desportiva, os serviços de emergência médica e os voluntários, se os houver, bem como pela orientação do coordenador de segurança e orientação e gestão do serviço de segurança privada;</p>	<p>modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido;</p> <p>k) «Promotor do espetáculo desportivo» as associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como as federações e ligas, quando sejam simultaneamente organizadores de competições desportivas;</p> <p>l) [...];</p> <p>m) «Realização de espetáculos desportivos à porta fechada» a proibição de o promotor do espetáculo desportivo realizar, com a presença de público no recinto desportivo que lhe estiver afeto, espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido;</p> <p>n) «Recinto desportivo» o local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, com perímetro delimitado e, em regra, com acesso controlado e condicionado, incluindo espaços de domínio público ou privado, permanentes ou temporários, que sejam destinados ou associados à realização de espetáculos desportivos;</p> <p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p>	<p>desportivas, com carácter de permanência;</p> <p>j) «Interdição dos recintos desportivos» a proibição temporária de realização no recinto desportivo de espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido;</p> <p>k) «Promotor do espetáculo desportivo» as associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como as federações e ligas, quando sejam simultaneamente organizadores de competições desportivas;</p> <p>l) [...];</p> <p>m) «Realização de espetáculos desportivos à porta fechada» a proibição de o promotor do espetáculo desportivo realizar, com a presença de público no recinto desportivo que lhe estiver afeto, espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as infrações tenham ocorrido;</p> <p>n) «Recinto desportivo» o local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, com perímetro delimitado e, em regra, com acesso controlado e condicionado, incluindo espaços de domínio público ou privado, permanentes ou temporários, que</p>	
---	---	---	--



<p>h) «Espetáculo desportivo» o evento que engloba uma ou várias competições individuais ou coletivas;</p> <p>i) «Grupo organizado de adeptos» o conjunto de pessoas, filiadas ou não numa entidade desportiva, que atuam de forma concertada, nomeadamente através da utilização de símbolos comuns ou da realização de coreografias e iniciativas de apoio a clubes, associações ou sociedades desportivas, com carácter de permanência;</p> <p>j) «Interdição dos recintos desportivos» a proibição temporária de realizar no recinto desportivo espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as faltas tenham ocorrido;</p> <p>k) «Promotor do espetáculo desportivo» as associações de âmbito territorial, clubes e sociedades desportivas, bem como as próprias federações e ligas, quando sejam simultaneamente organizadores de competições desportivas;</p> <p>l) «Organizador da competição desportiva» a federação da respetiva modalidade, relativamente às competições não profissionais ou internacionais que se realizem sob a</p>	<p>r) [...];</p> <p>s) «Oficial de ligação aos adeptos (OLA)» o representante dos clubes, associações ou sociedades desportivas participantes em competições desportivas de natureza profissional, ou outras competições identificadas pelos organizadores das competições desportivas, responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e a sociedade desportiva, os demais clubes e sociedades desportivas, os organizadores das competições, as forças de segurança e a segurança privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes.</p>	<p>sejam destinados ou associados à realização de espetáculos desportivos;</p> <p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p> <p>r) [...];</p> <p>s) «Oficial de ligação aos adeptos (OLA)» o representante dos clubes, associações ou sociedades desportivas participantes em competições desportivas de natureza profissional, ou outras competições identificadas pelos organizadores das competições desportivas, responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e a sociedade desportiva, os demais clubes e sociedades desportivas, os organizadores das competições, as forças de segurança e a segurança privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes.</p>	
--	---	--	--



<p>égide das federações internacionais, as ligas profissionais de clubes, bem como as associações de âmbito territorial, relativamente às respetivas competições;</p> <p>m) «Realização de espetáculos desportivos à porta fechada» a obrigação de o promotor do espetáculo desportivo realizar no recinto desportivo que lhe estiver afeto espetáculos desportivos oficiais na modalidade, escalão etário e categorias iguais àqueles em que as faltas tenham ocorrido, sem a presença de público;</p> <p>n) «Recinto desportivo» o local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado;</p> <p>o) «Títulos de ingresso» os bilhetes, cartões, convites e demais documentos que permitam a entrada em recintos desportivos, qualquer que seja o seu suporte;</p> <p>p) «Ponto Nacional de Informações sobre Desporto (PNID)» a entidade nacional designada como ponto de contacto permanente para o intercâmbio de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto, nacional e internacional,</p>			
---	--	--	--



<p>responsável pelo repositório e tratamento das mesmas;</p> <p>q) «Zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos» a área específica do recinto desportivo integrado em competições desportivas de natureza profissional ou em espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza não profissional considerados de risco elevado, onde é permitida a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas;</p> <p>r) (Revogada.)</p> <p>s) «Oficial de ligação aos adeptos (OLA)» o representante dos clubes, associações ou sociedades desportivas participantes em competições desportivas de natureza profissional, responsável por assegurar a comunicação eficaz entre os adeptos e a sociedade desportiva, os demais clubes e sociedades desportivas, os organizadores das competições, as</p>			
--	--	--	--



<p>forças de segurança e a segurança privada, com o propósito de facilitar a organização dos jogos, a movimentação dos adeptos e de prevenir comportamentos desviantes.</p>			
<p>Artigo 5.º Definições Regulamentos de prevenção da violência 1 - O organizador da competição desportiva elabora regulamentos internos, em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, nos termos da lei. 2 - Os regulamentos previstos no número anterior são sujeitos a aprovação e registo pela APCVD, que é condição da sua validade, e devem estar conformes com: a) As regras estabelecidas pela presente lei e disposições regulamentares; b) As normas estabelecidas no quadro das convenções internacionais sobre violência associada ao desporto a que a República Portuguesa se encontre vinculada. 3 - Os regulamentos previstos no n.º 1 devem conter, entre outras, as seguintes matérias:</p>	<p>Artigo 5.º [...] 1 - O organizador da competição desportiva elabora, nos termos da lei, um regulamento em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos. 2 - O regulamento previsto no número anterior é sujeito a aprovação e registo pela Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), condição da sua validade, e deve estar conforme com: a) [...]; b) [...]. 3 - O regulamento previsto no n.º 1 deve conter, entre outras, as seguintes matérias: a) [...]; b) Enumeração tipificada de situações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, bem como as correspondentes sanções a aplicar aos agentes desportivos, nos termos da lei;</p>	<p>Artigo 5.º [...] 1 - O organizador da competição desportiva elabora, nos termos da lei, um regulamento em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos. 2 - O regulamento previsto no número anterior é sujeito a aprovação e registo pela Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD), condição da sua validade, e deve estar conforme com: a) [...]; b) [...]. 3 - O regulamento previsto no n.º 1 deve conter, entre outras, as seguintes matérias: a) [...]; b) Enumeração tipificada de situações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, bem como as correspondentes sanções a aplicar aos agentes desportivos, nos termos da lei;</p>	<p>Art.º 5.º N.º 3, alínea e) Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF quanto à revisão em regulamento específico de cada competição dos procedimentos a observar relativamente à medida de serviço, designadamente no que concerne aos direitos dos adeptos em poder usufruir do espetáculo desportivo em segurança e com conforto. No entanto, em relação à alínea e) do n.º 3, não concordamos que o RPV deva conter a menção aos procedimentos a observar em cada competição _ a FPF tem mais de 50 competições, em que cada uma delas tem o seu próprio regulamento específico, e contendo as normas relativas às</p>



<p>a) Procedimentos preventivos a observar na organização das competições desportivas;</p> <p>b) Enumeração tipificada de situações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, bem como as correspondentes sanções a aplicar aos agentes desportivos;</p> <p>c) Tramitação do procedimento de aplicação das sanções referidas na alínea anterior;</p> <p>d) Discriminação dos tipos de objeto e substâncias previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º</p> <p>4 - As sanções referidas na alínea b) do número anterior podem consistir em sanções disciplinares, desportivas e, quando incidam sobre promotores do espetáculo desportivo, na interdição de recintos desportivos ou na obrigação de realizar competições desportivas à porta fechada.</p> <p>5 - A não conformidade dos regulamentos com o disposto nos números anteriores implica, enquanto a situação se mantiver:</p> <p>a) A impossibilidade de o organizador da competição desportiva beneficiar de qualquer tipo de apoio público; e</p> <p>b) Caso se trate de entidade titular de estatuto de utilidade pública desportiva,</p>	<p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Procedimentos a observar relativos à medida de serviço, designadamente no que concerne aos direitos dos adeptos em poder usufruir do espetáculo desportivo em segurança e com conforto.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [Revogado].</p> <p>6 - [Revogado].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Os organizadores comunicam à APCVD a abertura de procedimento por infração ao regulamento, no prazo de 15 dias após a prática do facto, bem como, a final e no mesmo prazo, a sanção aplicada ou o seu arquivamento.</p> <p>9 - As entidades públicas proprietárias de recintos desportivos que os cedam a qualquer título para a realização de competições desportivas elaboram, nos termos da lei, um regulamento de prevenção e combate a manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>10 - O regulamento previsto no número anterior:</p> <p>a) Está sujeito a registo pela APCVD;</p>	<p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Procedimentos a observar, em cada competição, relativos à medida de serviço, designadamente no que concerne aos direitos dos adeptos em poder usufruir do espetáculo desportivo em segurança e com conforto.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [Revogado].</p> <p>6 - [Revogado].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Os organizadores, nas competições de natureza não profissional, comunicam à APCVD a abertura de procedimento por infração ao regulamento, no prazo de 15 dias após conhecimento da prática do facto, bem como, a final e no prazo de 15 dias, a sanção aplicada ou o seu arquivamento.</p> <p>[propostas de nova redação do n.º 9 e 10 eliminadas]</p> <p>9 - A APCVD publica no seu sítio de internet os regulamentos previstos no presente artigo.</p>	<p>mais diversas matérias, onde também já incluímos as medidas de serviço, que iremos atualizando regularmente (o que obrigaria a atualizar constantemente o RPV, como toda a burocracia associada a este processo. – Deverá o Organizador ter a possibilidade de fazer constar estas medidas no RPV ou nos regulamentos específicos de cada competição.</p> <p>N.º 8</p> <p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF. Só não se compreende a restrição a organizadores de competições de âmbito não profissional.</p>
--	---	--	--



<p>a suspensão do mesmo, nos termos previstos na lei.</p> <p>6 - A sanção mencionada na alínea a) do número anterior é aplicada pela APCVD.</p> <p>7 - A APCVD disponibiliza um modelo de regulamento de prevenção da violência que serve de base para a respetiva aprovação e presta o apoio necessário ao organizador da competição desportiva para a sua elaboração.</p>	<p>b) Deve estar conforme com as alíneas a) e b) do n.º 2;</p> <p>c) Deve conter, entre outras matérias, os procedimentos preventivos a observar na organização de competições desportivas nos respetivos recintos, bem como as consequências pela não observância desses procedimentos.</p> <p>11 - A APCVD publica no seu sítio de internet os regulamentos previstos no presente artigo.</p>		
<p>Artigo 7.º Regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público</p> <p>1 - O proprietário do recinto desportivo, ou o promotor do espetáculo desportivo titular de direito de utilização exclusiva do recinto desportivo por um período não inferior a dois anos, aprova regulamentos internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público.</p> <p>2 - Os regulamentos previstos no número anterior são submetidos a parecer prévio da força de segurança territorialmente competente, da ANPC, dos serviços de emergência médica localmente responsáveis e do organizador da competição desportiva,</p>	<p>Artigo 7.º [...]</p> <p>1 - O proprietário do recinto desportivo, para este efeito definido como instalação desportiva especial para o espetáculo desportivo nos termos do regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, ou o promotor do espetáculo desportivo titular de direito de utilização exclusiva desse recinto desportivo por um período não inferior a dois anos, aprova um regulamento interno em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público.</p> <p>2 - O regulamento previsto no número anterior é submetido a pareceres</p>	<p>Artigo 7.º [...]</p> <p>1 - O proprietário do recinto desportivo, para este efeito definido como instalação desportiva especial para o espetáculo desportivo nos termos do regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, ou o promotor do espetáculo desportivo titular de direito de utilização exclusiva desse recinto desportivo por um período não inferior a dois anos, aprova um regulamento interno em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público.</p> <p>2 - O regulamento previsto no número anterior é submetido a pareceres prévios vinculativos da força de</p>	<p>Artigo 7.º N.º 1</p> <p>Tal permitirá uma graduação do grau de exigência da regulamentação, proporcional ao tipo de recinto e complexidade do mesmo, permitindo simplificar e agilizar o processo.</p> <p>N.º 2</p> <p>Questiona-se qual o racional subjacente à inclusão das Autarquias na elaboração de pareceres prévios vinculativos relativos ao RSUEAP de recintos que não sejam da sua propriedade?</p>



<p>devendo conter, entre outras, as seguintes medidas:</p> <p>a) Vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado, disputadas fora do recinto desportivo próprio do promotor do espetáculo desportivo;</p> <p>b) Vigilância e controlo destinados a impedirem o excesso de lotação em qualquer zona do recinto, bem como a assegurar o desimpedimento das vias de acesso;</p> <p>c) Instalação ou montagem de anéis de segurança e a adoção obrigatória de sistemas de controlo de acesso, de modo a impedir a introdução de objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência, nos termos previstos na presente lei;</p> <p>d) Proibição de venda, consumo e distribuição de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas no interior do anel ou perímetro de segurança e do recinto desportivo, exceto nas zonas destinadas para o efeito no caso das bebidas alcoólicas, e adoção de um sistema de controlo de estados de</p>	<p>prévios vinculativos da força de segurança territorialmente competente, da autoridade de proteção civil territorialmente competente, dos serviços que prestem localmente assistência médica, da autarquia, do proprietário do recinto, quando não é este que aprova o regulamento, e do organizador da competição desportiva, devendo conter, entre outras, as seguintes medidas:</p> <p>a) [Revogada];</p> <p>b) Vigilância e controlo destinados a impedir o excesso de lotação em qualquer zona do recinto, bem como a assegurar o desimpedimento das vias de acesso;</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...];</p> <p>f) Determinação das zonas de paragem e estacionamento de viaturas pertencentes às forças de segurança, aos serviços de proteção civil, aos bombeiros, aos serviços de emergência médica, bem como dos circuitos de entrada, de circulação e de saída, numa ótica de segurança e de facilitação;</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p>	<p>segurança territorialmente competente, da autoridade de proteção civil territorialmente competente, do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM, I.P.), da autarquia, do proprietário do recinto, quando não é este que aprova o regulamento, e do organizador da competição desportiva, devendo conter, entre outras, as seguintes medidas:</p> <p>a) [Revogada];</p> <p>b) Vigilância e controlo destinados a impedir o excesso de lotação em qualquer zona do recinto, bem como a assegurar o desimpedimento das vias de acesso;</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...];</p> <p>f) Determinação das zonas de paragem e estacionamento de viaturas pertencentes às forças de segurança, aos serviços de proteção civil, aos bombeiros, aos serviços de emergência médica, bem como dos circuitos de entrada, de circulação e de saída, numa ótica de segurança e de facilitação;</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) Elaboração de um plano de emergência interno, que inclua o plano de</p>	<p>N.º 3</p> <p>Em relação ao n.º 3, parece-nos que deverá haver uma menor colagem entre os requisitos exigidos para os ED das competições profissionais e os exigidos para os ED qualificados como de risco elevado. Tendo em conta cada caso em concreto e a realidade associada (tipo de competição, pressupostos associados, recinto, escalão, etc.), aquando da qualificação pontual dos mesmos deverá ser definido/determinado quais os requisitos e condições necessárias aos mesmos (caso a caso), de forma a garantir o maior critério possível, sem cair em exageros nem desperdício de meios humanos e materiais.</p> <p>N.º 3, alínea b)</p> <p>Esta alínea b) do N.º 3, deverá ser mais clara, nomeadamente em relação ao controlo de títulos de ingresso no acesso aos recintos, com recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos - e não (só) o controlo da venda.</p>
--	---	--	--



<p>alcoolemia e de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;</p> <p>e) Criação de áreas, no interior do recinto desportivo, onde é permitido o consumo de bebidas alcoólicas, no respeito pelos limites definidos na lei;</p> <p>f) Determinação das zonas de paragem e estacionamento de viaturas pertencentes às forças de segurança, à ANPC, aos bombeiros, aos serviços de emergência médica, bem como dos circuitos de entrada, de circulação e de saída, numa ótica de segurança e de facilitação;</p> <p>g) Determinação das zonas de paragem e estacionamento de viaturas pertencentes às comitivas dos clubes, associações ou sociedades desportivas em competição, árbitros, juizes ou cronometristas, bem como dos circuitos de entrada, de circulação e de saída, numa ótica de segurança e de facilitação;</p> <p>h) Definição das condições de exercício da atividade e respetiva circulação dos meios de comunicação social no recinto desportivo;</p> <p>i) Indicação da lotação de cada setor do recinto desportivo;</p> <p>j) Elaboração de um plano de emergência interno, prevendo e definindo, designadamente, a atuação</p>	<p>j) Elaboração de um plano de emergência interno, que inclua o plano de evacuação do recinto, prevendo e definindo, designadamente, a atuação dos assistentes de recinto desportivo, agentes de proteção civil e voluntários, se os houver, nos termos do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;</p> <p>k) [Revogada].</p> <p>3 - Nas competições desportivas de natureza profissional e nos espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, os regulamentos previstos nos números anteriores devem conter ainda as seguintes medidas:</p> <p>a) Separação física dos adeptos de cada equipa, reservando-lhes zonas distintas, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º;</p> <p>b) Controlo da venda de títulos de ingresso, com recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espectadores, impedir a reutilização do título de ingresso e permitir a deteção de títulos de ingresso falsos;</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p>	<p>evacuação do recinto, prevendo e definindo, designadamente, a atuação dos assistentes de recinto desportivo, agentes de proteção civil e voluntários, se os houver, nos termos do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual;</p> <p>k) [Revogada].</p> <p>3 - Nas competições desportivas de natureza profissional e nos espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, os regulamentos previstos nos números anteriores devem conter ainda as seguintes medidas:</p> <p>a) Separação física dos adeptos de cada equipa, reservando-lhes zonas distintas, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 17.º;</p> <p>b) Controlo da venda de títulos de ingresso, com recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espectadores, impedir a reutilização do título de ingresso e permitir a deteção de títulos de ingresso falsos;</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para</p>	<p>N.º 8</p> <p>A APCVD deverá criar um modelo-tipo de regulamento de funcionamento das instalações desportivas que incluam instruções de segurança e planos de evacuação para disponibilizar aos promotores e proprietários do recinto desportivo.</p>
---	--	---	--



<p>dos assistentes de recinto desportivo, agentes de proteção civil e voluntários, se os houver;</p> <p>k) Definição de um plano de evacuação de pessoas.</p> <p>3 - Nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional consideradas de risco elevado, os regulamentos previstos nos números anteriores devem conter ainda as seguintes medidas:</p> <p>a) Separação física dos adeptos, reservando-lhes zonas distintas;</p> <p>b) Controlo da venda de títulos de ingresso, com recurso a meios mecânicos, eletrónicos ou eletromecânicos, a fim de assegurar o fluxo de entrada dos espetadores, impedindo a reutilização do título de ingresso e permitindo a deteção de títulos de ingresso falsos;</p> <p>c) A existência de zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, devidamente separadas e delimitadas, nos termos do artigo seguinte;</p> <p>d) Medidas de controlo da passagem das zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos para outras zonas do recinto desportivo, nos termos do artigo seguinte.</p>	<p>e) Vigilância de grupos de adeptos, nomeadamente nas deslocações para assistir a espetáculos desportivos disputados fora do recinto desportivo próprio do promotor do espetáculo desportivo.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - A não aprovação ou a não adoção da regulamentação prevista no n.º 1 ou a adoção de regulamentação cujo registo seja recusado pela APCVD, implicam, enquanto a situação se mantiver, a proibição de realizar espetáculos desportivos no recinto desportivo respetivo.</p> <p>a) [Revogada];</p> <p>b) [Revogada];</p> <p>c) [Revogada].</p> <p>6 - A sanção mencionada no número anterior é aplicada pela APCVD.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Os recintos desportivos não abrangidos pelo n.º 1 devem dispor de regulamento de funcionamento das instalações desportivas que incluam instruções de segurança e planos de evacuação, nos termos do Regime Jurídico das Instalações Desportivas e demais legislação aplicável.</p> <p>9 - A APCVD fiscaliza, sempre que necessário, o grau de cumprimento das</p>	<p>assistir a espetáculos desportivos disputados fora do recinto desportivo próprio do promotor do espetáculo desportivo.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - A não aprovação ou a não adoção da regulamentação prevista no n.º 1 ou a adoção de regulamentação cujo registo seja recusado pela APCVD, implicam, enquanto a situação se mantiver, a proibição de realizar espetáculos desportivos no recinto desportivo respetivo.</p> <p>a) [Revogada];</p> <p>b) [Revogada];</p> <p>c) [Revogada].</p> <p>6 - A sanção mencionada no número anterior é aplicada pela APCVD.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Os recintos desportivos não abrangidos pelo n.º 1 devem dispor de regulamento de funcionamento das instalações desportivas que incluam instruções de segurança e planos de evacuação, nos termos do regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, e demais legislação aplicável.</p> <p>9 - A APCVD fiscaliza, sempre que necessário, o grau de cumprimento das</p>	
---	--	--	--



<p>4 - Os regulamentos previstos no n.º 1 estão sujeitos a aprovação e registo junto da APCVD, que é condição da sua validade.</p> <p>5 - A não aprovação e a não adoção da regulamentação prevista no n.º 1, ou a adoção de regulamentação cujo registo seja recusado pela APCVD, implicam, enquanto a situação se mantiver:</p> <p>a) A impossibilidade de serem realizados espetáculos desportivos no recinto desportivo respetivo;</p> <p>b) A impossibilidade de obtenção de licença de funcionamento ou a suspensão imediata de funcionamento, consoante os casos; e</p> <p>c) A impossibilidade de o proprietário do recinto desportivo ou o promotor do espetáculo desportivo que se encontre nas condições previstas no n.º 1 beneficiarem de qualquer tipo de apoio público.</p> <p>6 - As sanções mencionadas no número anterior são aplicadas pela APCVD.</p> <p>7 - A APCVD disponibiliza um modelo de regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público para as diferentes categorias de recinto desportivo que serve de base para a respetiva aprovação e presta o apoio necessário ao promotor do espetáculo</p>	<p>medidas previstas pelos regulamentos nos recintos abrangidos pelo n.º 1.</p>	<p>medidas previstas pelos regulamentos nos recintos abrangidos pelo n.º 1.</p>	
---	--	--	--



desportivo ou proprietário do recinto desportivo para a sua elaboração.			
<p>Artigo 8.º Deveres dos promotores, organizadores e proprietários</p> <p>1 - Sem prejuízo de outros deveres que lhes sejam cometidos nos termos da presente lei, e na demais legislação ou regulamentação aplicáveis, são deveres dos promotores do espetáculo desportivo:</p> <p>a) Assumir a responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis de segurança, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º, assegurando, quando aplicável, a presença de assistentes de recinto desportivo e do coordenador de segurança, nos termos previstos no regime jurídico da segurança privada;</p> <p>b) Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados;</p> <p>c) Aplicar medidas sancionatórias aos seus associados envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso ou promovendo a sua expulsão dos recintos desportivos;</p>	<p>Artigo 8.º [...] 1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados, desenvolvendo as ações previstas no artigo 9.º;</p> <p>c) Aplicar medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso ou promovendo a sua expulsão dos recintos desportivos;</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Adotar e cumprir o regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo ou regulamento de funcionamento nos termos do artigo anterior;</p> <p>f) Designar, quando aplicável, o gestor de segurança e o OLA;</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p>	<p>Artigo 8.º [...] 1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Incentivar o espírito ético e desportivo dos seus adeptos, especialmente junto dos grupos organizados, desenvolvendo as ações previstas no artigo 9.º;</p> <p>c) Aplicar medidas sancionatórias aos seus adeptos envolvidos em perturbações da ordem pública, manifestações de violência, racismo, xenofobia e qualquer outro ato de intolerância, impedindo o acesso ou promovendo a sua expulsão dos recintos desportivos;</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Adotar e cumprir o regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo ou regulamento de funcionamento nos termos do artigo anterior;</p> <p>f) Designar, quando aplicável, o gestor de segurança e o OLA;</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p>	<p>Artigo 8.º, N.º 1, alínea u)</p> <p>Sugere-se a seguinte redação: <i>Proceder, em perfeitas condições e quando solicitado pelas forças de segurança, pela APCVD ou pelo órgão disciplinar do organizador da competição, ao envio da gravação de imagem e som e à cedência ou impressão de fotogramas captados, desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo, pelo sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º.</i></p> <p>N.º 2</p> <p>O n.º 2 deste artigo, referente à alínea c) do n.º 1, não fará sentido, uma vez que os organizadores não possuem adeptos.</p>



<p>d) Proteger os indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respetiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para setor seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança;</p> <p>e) Adotar e cumprir os regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo;</p> <p>f) Designar o gestor de segurança e o OLA;</p> <p>g) Garantir que são cumpridas todas as regras e condições de acesso e de permanência de espetadores no recinto desportivo;</p> <p>h) Relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada medida de interdição de acesso a recintos desportivos, pena de privação do direito de entrar em recintos desportivos ou sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos:</p> <p>i) Impedir o acesso ao recinto desportivo;</p> <p>ii) Impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, no âmbito das previsões destinadas aos grupos organizados de adeptos ou a título individual;</p>	<p>j) Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão-pouco adotar comportamentos desta natureza;</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...];</p> <p>m) [...];</p> <p>n) Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, fornecendo-a às autoridades judiciais, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto na presente lei;</p> <p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p> <p>r) [...];</p> <p>s) [...];</p> <p>t) [...];</p> <p>u) Proceder, em perfeitas condições e quando solicitado pelas forças de segurança ou pela APCVD, ao envio da gravação de imagem e som e à cedência ou impressão de fotogramas captados, desde a abertura até ao encerramento</p>	<p>j) Não proferir nem veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de promover, incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão-pouco adotar comportamentos desta natureza;</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...];</p> <p>m) [...];</p> <p>n) Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, nos termos do disposto na secção III do capítulo II, fornecendo-a às autoridades judiciais, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto na presente lei;</p> <p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p> <p>r) [...];</p> <p>s) [...];</p> <p>t) [...];</p> <p>u) Proceder, em perfeitas condições e quando solicitado pelas forças de segurança ou pela APCVD, ao envio da gravação de imagem e som e à cedência ou impressão de fotogramas captados, desde a abertura até ao encerramento do recinto desportivo, pelo sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º.</p>	
---	--	--	--



<p>i) Usar de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores dos espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;</p> <p>j) Não proferir ou veicular declarações públicas que sejam suscetíveis de incitar ou defender a violência, o racismo, a xenofobia, a intolerância ou o ódio, nem tão pouco adotar comportamentos desta natureza;</p> <p>k) Zelar por que praticantes, treinadores, técnicos, pessoal de apoio, dirigentes, membros da direção, gestores de segurança, coordenadores de segurança ou qualquer outro elemento que desempenhe funções durante um espetáculo desportivo ou atos relacionados em favor de um clube, associação ou sociedade desportiva, nomeadamente o pessoal de segurança privada, ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j);</p> <p>l) Não apoiar, sob qualquer forma, grupos organizados de adeptos, em violação dos princípios e regras definidos na secção III do capítulo II;</p>	<p>do recinto desportivo, pelo sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º.</p> <p>v) Garantir que as coreografias de estádio promovidas pelo promotor do espetáculo desportivo ou pelo organizador da competição desportiva são previamente autorizadas pelas forças de segurança, nos termos do n.º 7 do artigo 22.º;</p> <p>w) Indicar as zonas destinadas à permanência dos grupos organizados de adeptos, devendo, nos espetáculos desportivos de risco elevado ou nos inseridos em competições de natureza profissional, ser coincidente com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p>	<p>v) Garantir que as coreografias de estádio promovidas pelo promotor do espetáculo desportivo ou pelo organizador da competição desportiva são previamente autorizadas pelas forças de segurança, nos termos do n.º 7 do artigo 22.º;</p> <p>w) Indicar as zonas destinadas à permanência dos grupos organizados de adeptos, devendo, nos espetáculos desportivos de risco elevado ou nos inseridos em competições de natureza profissional, ser coincidente com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p>	
--	--	---	--



<p>m) Zelar por que os grupos organizados de adeptos apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva participem do espetáculo desportivo sem recurso a práticas violentas, racistas, xenófobas, ofensivas ou que perturbem a ordem pública ou o curso normal, pacífico e seguro da competição e de toda a sua envolvência, nomeadamente, no curso das suas deslocações e nas manifestações que realizem dentro e fora de recintos;</p> <p>n) Manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados apoiados pelo clube, associação ou sociedade desportiva, fornecendo-a às autoridades judiciárias, administrativas e policiais competentes para a fiscalização do disposto na presente lei;</p> <p>o) Fazer a requisição de policiamento de espetáculo desportivo, quando obrigatória nos termos da lei;</p> <p>p) Criar zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional considerados de risco elevado e impedir o acesso às mesmas a espetadores que não cumpram os requisitos previstos no artigo 16.º-A;</p>			
---	--	--	--



<p>q) Garantir as condições necessárias ao cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 16.º-A;</p> <p>r) Impedir os grupos organizados de adeptos de aceder e permanecer, antes e durante o espetáculo desportivo, noutras zonas do recinto desportivo que não aquelas que lhes estão destinadas;</p> <p>s) Impedir a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, que não sejam da responsabilidade dos clubes e sociedades, nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional considerados de risco elevado, fora das zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos;</p> <p>t) Instalar sistemas de vigilância e controlo destinados a impedir o excesso de lotação, em qualquer setor ou bancada do recinto, bem como assegurar o desimpedimento das vias de acesso;</p> <p>u) Proceder ao envio da gravação de imagem e som e impressão de</p>			
---	--	--	--



<p>fotogramas colhidos pelo sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º, quando solicitado pelas forças de segurança ou pela APCVD.</p> <p>2 - O disposto nas alíneas b), c), i), j) e k) do número anterior aplica-se, com as devidas adaptações, aos organizadores da competição desportiva, que têm também o dever de aprovar os regulamentos internos em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>3 - O disposto na alínea e) do n.º 1 aplica-se, com as devidas adaptações, ao proprietário do recinto desportivo, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º</p>			
<p>Artigo 10.º Segurança privada 1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo, para os espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou não profissional considerados de risco elevado, sejam nacionais ou internacionais, assegurar a presença de coordenador de segurança e pessoal de segurança privada, com a especialidade de assistente de recinto desportivo, nos termos definidos no regime jurídico da segurança privada.</p>	<p>Artigo 10.º [...] 1 - [...]. 2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...]. 5 - [...]. 6 - O incumprimento do disposto no n.º 1 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, ou, caso a situação ocorra durante o espetáculo desportivo, a sua imediata suspensão até evacuação,</p>	<p>Artigo 10.º [...] 1 - [...]. 2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...]. 5 - [...]. 6 - O incumprimento do disposto no n.º 1 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada. 7 - [...]</p>	<p>Artigo 10.º N.º 6</p> <p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF.</p>



<p>2 - (Revogado.) 3 - (Revogado.) 4 - (Revogado.) 5 - (Revogado.) 6 - O incumprimento do disposto no n.º 1 pode implicar, para o promotor do espetáculo desportivo, enquanto a situação se mantiver, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada. 7 - A sanção prevista no número anterior é aplicada pela APCVD.</p>	<p>total ou parcial, do recinto desportivo, nos termos previstos no n.º 10 do artigo 13.º. 7 - A sanção prevista no número anterior é aplicada pela APCVD, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 e 11 do artigo 13.º.</p>		
<p>Artigo 10.º - A Gestor de segurança 1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo designar um gestor de segurança e comunicar a sua identificação, meios de contacto e comprovativo de formação adequada à APCVD, à força de segurança territorialmente competente, à ANPC e ao organizador da competição desportiva. 2 - O gestor de segurança deve possuir formação específica adequada, a qual corresponde: a) Nos recintos desportivos com lotação igual ou superior a 15 000 espetadores, ou onde se realizem competições profissionais ou cujo risco seja considerado elevado, à formação de diretor de segurança, nos termos</p>	<p>Artigo 10.º - A [...] 1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo, nas modalidades determinadas nos termos do n.º 11, designar gestores de segurança em número adequado e comunicar, no início de cada época desportiva, a sua identificação, meios de contacto, comprovativos da formação prevista no presente artigo, e, sendo caso, do vínculo jurídico estabelecido, à APCVD, à força de segurança territorialmente competente, ao SMPC do município onde se localiza o recinto desportivo, e ao organizador da competição desportiva.</p>	<p>Artigo 10.º - A [...] 1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo, nas modalidades determinadas nos termos do n.º 11, designar gestores de segurança em número adequado e comunicar, no início de cada época desportiva, a sua identificação, meios de contacto, comprovativos da formação prevista no presente artigo, e, sendo caso, do vínculo jurídico estabelecido, à APCVD, à força de segurança territorialmente competente, ao SMPC do município onde se localiza o recinto desportivo, e ao organizador da competição desportiva. 2 - O gestor de segurança deve possuir formação específica adequada, a qual corresponde:</p>	<p>Artigo 10.º - A N.º 11 Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF. Reforça-se a importância de, em abono de um princípio de proporcionalidade e real necessidade, ser também considerada a <u>distinção de escalões</u>, para além das modalidades, para a obrigatoriedade de presença do Gestor de Segurança no respetivo ED - visa salvaguardar os casos em que um clube/promotor participa em diversos escalões de</p>



<p>previstos no regime jurídico da segurança privada;</p> <p>b) Nos recintos desportivos com lotação máxima inferior a 15 000 espetadores e onde não se realizem competições profissionais cujo risco seja considerado elevado, à formação organizada pela APCVD e ministrada pelas forças de segurança e pela ANPC nos termos previstos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e do desporto.</p> <p>3 - O gestor de segurança é o representante do promotor do espetáculo desportivo, permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva.</p> <p>4 - No planeamento e no decurso de um espetáculo desportivo, compete ao gestor de segurança promover a presença e articulação de todos os meios envolvidos na segurança do evento, tendo em vista a sua realização em condições de segurança.</p> <p>5 - Para efeitos do previsto no número anterior, no âmbito dos espetáculos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional ou não profissional considerados de risco elevado, sejam nacionais ou</p>	<p>2 - O gestor de segurança deve possuir formação específica, a qual corresponde:</p> <p>a) Nos recintos desportivos com lotação igual ou superior a 15 000 espetadores, ou onde se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do seu risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, à formação de diretor de segurança, nos termos previstos no regime do exercício da atividade da segurança privada e da organização de serviços de autoproteção, aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, e legislação conexa;</p> <p>b) Nos recintos desportivos com lotação máxima inferior a 15 000 espetadores e onde não se realizem competições profissionais, independentemente do seu risco, nem espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, à formação organizada pela APCVD e ministrada pelas forças de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) ou serviço correspondente nas regiões autónomas, nos termos previstos em portaria dos membros do Governo</p>	<p>a) Nos recintos desportivos com lotação igual ou superior a 15 000 espetadores, ou onde se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do seu risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, à formação de diretor de segurança, nos termos previstos no regime do exercício da atividade da segurança privada e da organização de serviços de autoproteção, aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, e legislação conexa;</p> <p>b) Nos recintos desportivos com lotação máxima inferior a 15 000 espetadores e onde não se realizem competições profissionais, independentemente do seu risco, nem espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, à formação organizada pela APCVD e ministrada pelas forças de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) ou serviço correspondente nas regiões autónomas, nos termos previstos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e do desporto.</p> <p>3 - O gestor de segurança é, em matéria de segurança, o representante do promotor do espetáculo desportivo,</p>	<p>formação e géneros implicando diversos ED num espaço temporal e que, fruto da realidade amadora dos mesmos, cria grandes dificuldades em garantir os recursos humanos em todos os ogos – deverá ser pensado um regime que permita cumprir efetivamente os objetivos da medida exigir o que os mesmos não conseguem garantir (ao menos de forma correta e consistente).</p> <p>É muito importante que a formação para o Gestor de Segurança das competições não profissionais seja ajustada à realidade de cada competição/modalidade. A mesma deverá ser graduada em diversos níveis, de complexidade e duração ajustadas a diferentes realidades.</p>
--	---	--	---



<p>internacionais, o gestor de segurança reúne com os representantes da força de segurança territorialmente competente, da ANPC, das entidades de saúde pública, da segurança privada e do corpo de bombeiros local, pelo menos 24 horas antes e depois de cada espetáculo desportivo.</p> <p>6 - Compete ao gestor de segurança o preenchimento de um relatório sobre o espetáculo desportivo, no âmbito das suas competências, em modelo próprio a disponibilizar pela APCVD, o qual é obrigatório nas competições desportivas de natureza profissional e, nos demais espetáculos desportivos, sempre que forem registados incidentes.</p> <p>7 - O relatório referido no número anterior deve ser remetido à APCVD, ao PNID, à força de segurança territorialmente competente e ao organizador da competição desportiva, no prazo de 48 horas a contar do final do espetáculo desportivo.</p> <p>8 - O gestor de segurança deve encontrar-se identificado através de sobreveste, cujo modelo é definido em portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área da administração interna.</p>	<p>responsáveis pelas áreas da administração interna e do desporto.</p> <p>3 - O gestor de segurança é, em matéria de segurança, o representante do promotor do espetáculo desportivo, sendo permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, estando a este vinculado por:</p> <p>a) Integração nos órgãos sociais ou contrato de trabalho, tratando-se de entidade participante em competição desportiva de natureza profissional;</p> <p>b) Integração nos órgãos sociais, contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou outra forma de vínculo legalmente admissível, ainda que não remunerada, nos restantes casos.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - Para efeitos do previsto no número anterior, no âmbito competições desportivas de natureza profissional, ou de espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais ou internacionais, o gestor de segurança reúne com os representantes da força de segurança territorialmente competente, do SMPC respetivo, das entidades de saúde pública, da segurança privada e do corpo de bombeiros local, pelo menos 24 horas</p>	<p>sendo permanentemente responsável por todas as matérias de segurança do clube, associação ou sociedade desportiva, estando a este vinculado por:</p> <p>a) Integração nos órgãos sociais ou contrato de trabalho, tratando-se de entidade participante em competição desportiva de natureza profissional;</p> <p>b) Integração nos órgãos sociais, contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou outra forma de vínculo legalmente admissível, ainda que não remunerada, nos restantes casos.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - Para efeitos do previsto no número anterior, no âmbito competições desportivas de natureza profissional, ou de espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais ou internacionais, o gestor de segurança reúne com os representantes da força de segurança territorialmente competente, do SMPC respetivo, das entidades de saúde pública, da segurança privada e do corpo de bombeiros local, pelo menos 24 horas antes e depois de cada espetáculo desportivo.</p> <p>6 - Compete ao gestor de segurança, ou ao promotor nas modalidades e competições não determinadas no</p>	
---	--	--	--



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

<p>9 - A falta de designação do gestor de segurança ou a designação de gestor de segurança sem as habilitações previstas no n.º 2 implica, enquanto a situação se mantiver, a impossibilidade de serem realizados espetáculos desportivos no recinto desportivo.</p> <p>10 - A sanção prevista no número anterior é aplicada pela APCVD.</p>	<p>antes e depois de cada espetáculo desportivo.</p> <p>6 - Compete ao gestor de segurança, ou ao promotor nas modalidades e competições não determinadas no despacho previsto no n.º 11, a elaboração de um relatório sobre o espetáculo desportivo, no âmbito das suas competências, em modelo próprio a disponibilizar pela APCVD, o qual é obrigatório nas competições desportivas de natureza profissional e, nos demais espetáculos desportivos, sempre que forem registados incidentes.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p> <p>9 - [Revogado].</p> <p>10 - [Revogado].</p> <p>11 - A lista de modalidades desportivas e respetivas competições onde é obrigatória a designação de gestores de segurança é determinada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e do desporto, ouvidas as Forças de Segurança, ANEPC e APCVD, que para efeito da sua pronúncia consideram o histórico de ocorrências dos últimos três anos.</p>	<p>despacho previsto no n.º 11, a elaboração de um relatório sobre o espetáculo desportivo, no âmbito das suas competências, em modelo próprio a disponibilizar pela APCVD, o qual é obrigatório nas competições desportivas de natureza profissional e, nos demais espetáculos desportivos, sempre que forem registados incidentes.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p> <p>9 - [Revogado].</p> <p>10 - [Revogado].</p> <p>11 - A lista de modalidades desportivas e respetivas competições onde é obrigatória a designação de gestores de segurança é determinada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e do desporto, ouvidas as Forças de Segurança, ANEPC e APCVD e as federações desportivas, que para efeito da sua pronúncia consideram o histórico de ocorrências dos últimos três anos.</p>	
<p>Artigo 10.º - B Oficial de ligação aos adeptos</p>	<p>Artigo 10.º - B [...]</p>	<p>Artigo 10.º - B [...]</p>	



<p>1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo designar e comunicar à APCVD e ao organizador da competição desportiva um OLA.</p> <p>2 - O organizador das competições desportivas desenvolve o regime do OLA previsto na presente lei.</p> <p>3 - A falta de designação do oficial de ligação aos adeptos implica, enquanto a situação se mantiver, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção que é aplicada pela APCVD.</p>	<p>1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo, nas competições de natureza profissional ou em outras competições identificadas pelos organizadores das competições desportivas, designar e comunicar à APCVD e ao organizador da competição desportiva um OLA, no início de cada época ou sempre que ocorra a sua substituição.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [Revogado].</p>	<p>1 - Compete ao promotor do espetáculo desportivo, nas competições de natureza profissional ou em outras competições identificadas pelos organizadores das competições desportivas, designar e comunicar à APCVD e ao organizador da competição desportiva um OLA, no início de cada época ou sempre que ocorra a sua substituição.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [Revogado].</p>	
<p>Artigo 11.º Policimento de espetáculos desportivos</p> <p>O regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral consta de diploma próprio.</p>	<p>Artigo 11.º [...]</p> <p>1 - O regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral é regulado por diploma próprio, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 49.º.</p> <p>2 - Nos casos de realização de espetáculo desportivo à porta fechada, o promotor deve garantir a requisição de policiamento nos termos do número anterior.</p>	<p>Artigo 11.º [...]</p> <p>1 - O regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral é regulado por diploma próprio.</p> <p>2 - Nos casos de realização de espetáculo desportivo à porta fechada, o promotor deve garantir a requisição de policiamento nos termos do número anterior.</p>	<p>Artigo 11.º N.º 1</p> <p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF.</p>
<p>Artigo 12.º Qualificação dos espetáculos</p>	<p>Artigo 12.º [...]</p>	<p>Artigo 12.º [...]</p>	<p>Artigo 12.º N.º 7</p>



<p>1 - Consideram-se de risco elevado os espetáculos desportivos que forem definidos como tal por despacho do presidente da APCVD, ouvida a força territorial competente e a respetiva federação desportiva ou, tratando-se de uma competição desportiva de natureza profissional, a liga profissional.</p> <p>2 - Sem prejuízo do número anterior, consideram-se obrigatoriamente de risco elevado os espetáculos desportivos que sejam como tal declarados pelas organizações internacionais, a nível europeu e mundial, das respetivas modalidades, com base em incidentes ocasionados pelos adeptos de pelo menos uma das equipas.</p> <p>3 - Consideram-se, por regra, de risco reduzido os espetáculos desportivos respeitantes a competições de escalões juvenis e inferiores.</p> <p>4 - Consideram-se de risco normal os espetáculos desportivos não abrangidos pelos números anteriores.</p> <p>5 - Para efeitos do n.º 1, a federação desportiva ou liga profissional respetiva deve remeter à APCVD, antes do início de cada época desportiva e durante a época desportiva, quando for considerado necessário, um relatório que identifique os espetáculos</p>	<p>1 - Consideram-se de risco elevado os espetáculos desportivos que forem definidos como tal por despacho do presidente da APCVD, ouvida a força territorial competente e a respetiva federação desportiva ou, tratando-se de uma competição desportiva de natureza profissional, pela respetiva liga.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - Considerando as circunstâncias e contexto próprios da sua realização, os organizadores das competições desportivas, nas provas oficiais, independentemente do seu âmbito territorial, podem identificar as competições ou espetáculos desportivos onde seja necessária a requisição de policiamento, nos termos do regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, na sua redação atual.</p>	<p>1 - Consideram-se de risco elevado os espetáculos desportivos que forem definidos como tal por despacho do presidente da APCVD, ouvida a força territorial competente e a respetiva federação desportiva ou, tratando-se de uma competição desportiva de natureza profissional, pela respetiva liga.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - Considerando as circunstâncias e contexto próprios da sua realização, os organizadores das competições desportivas, nas provas oficiais, independentemente do seu âmbito territorial, podem identificar as competições ou espetáculos desportivos onde seja necessária a requisição de policiamento, nos termos do regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, na sua redação atual.</p> <p>[eliminada a proposta de um novo n.º 8]</p>	<p>Sugere-se a seguinte redação: <i>Considerando as circunstâncias e contexto próprios da sua realização, os organizadores das competições desportivas em conjunto com as forças de segurança, nas provas oficiais, independentemente do seu âmbito territorial, podem identificar as competições ou espetáculos desportivos onde seja necessária a requisição de policiamento, nos termos do regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 216/2012, de 9 de outubro, na sua redação atual.</i></p> <p>N.º 8</p> <p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF.</p>
--	--	---	---



<p>suscetíveis de classificação de risco elevado, o qual é reencaminhado para as forças de segurança, para apreciação.</p> <p>6 - As forças de segurança podem, fundamentadamente, colocar à apreciação da APCVD a qualificação de determinado espetáculo desportivo como de risco elevado.</p>	<p>8 - Para efeitos do disposto no número anterior, se a força territorialmente competente não validar a necessidade identificada pelo organizador, o policiamento é suportado integralmente pelo promotor do espetáculo desportivo.</p>		
<p>Artigo 13.º Forças de segurança</p> <p>1 - As forças de segurança exercem, no quadro das suas atribuições e competências, funções gerais de fiscalização do cumprimento do disposto na presente lei.</p> <p>2 - Quando o comandante da força de segurança territorialmente competente considerar que não estão reunidas as condições para que o espetáculo desportivo se realize em segurança comunica o facto ao comandante-geral da GNR ou ao diretor nacional da PSP, consoante o caso.</p> <p>3 - O comandante-geral da GNR ou o diretor nacional da PSP, consoante o caso, informam o organizador da competição desportiva sobre as medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo desportivo.</p>	<p>Artigo 13.º Segurança do espetáculo desportivo</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - O comandante-geral da GNR ou o diretor nacional da PSP, consoante o caso, informam o organizador da competição desportiva e o promotor do espetáculo desportivo sobre as medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor.</p> <p>4 - O organizador da competição desportiva é responsável pela verificação do cumprimento das medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo desportivo.</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - A realização do espetáculo desportivo sem que seja assegurada a correção e execução das medidas de segurança faz incorrer o promotor do</p>	<p>Artigo 13.º Segurança do espetáculo desportivo</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - O comandante-geral da GNR ou o diretor nacional da PSP, consoante o caso, informam o organizador da competição desportiva e o promotor do espetáculo desportivo sobre as medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor.</p> <p>4 - O organizador da competição desportiva é responsável pela verificação do cumprimento das medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo desportivo.</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - A realização do espetáculo desportivo sem que seja assegurada a correção e execução das medidas de segurança faz incorrer o promotor do</p>	<p>Artigo 13.º N.º 3</p> <p>A indicação das medidas a implementar têm de ser claras e concretas, de modo que possam ser implementadas pelo promotor e verificáveis pelo organizador.</p> <p>N.º 4</p> <p>Não deverá ser o organizador da competição responsabilizado pela verificação do cumprimento das medidas de segurança a corrigir e a implementar pelo promotor do espetáculo desportivo, levantadas e indicadas pelas forças de segurança.</p>



<p>4 - O organizador da competição desportiva deve de imediato informar o promotor do espetáculo desportivo das medidas de segurança a corrigir ou a implementar, verificando o seu cumprimento.</p> <p>5 - A não correção ou execução pelo promotor do espetáculo desportivo das medidas de segurança comunicadas nos termos do n.º 3 implica a não realização do espetáculo desportivo, a qual é determinada pelo organizador da competição desportiva.</p> <p>6 - A realização do espetáculo desportivo sem que seja assegurada a correção e execução das medidas de segurança faz incorrer o promotor do espetáculo desportivo no crime de desobediência.</p> <p>7 - Quando, por avaliação de risco do evento desportivo realizada pelas forças de segurança, se verifique a existência de perigo fundado de perturbação séria ou violenta da ordem pública, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, pode determinar a não realização do espetáculo desportivo ou a sua realização à porta fechada.</p> <p>8 - Em caso de ocorrência de incidentes que tenham causado perturbação séria ou violenta da ordem pública em</p>	<p>espetáculo desportivo no crime de desobediência.</p> <p>7 - Incorre igualmente no crime de desobediência o organizador da competição desportiva que, tendo sido notificado da necessidade de correção ou implementação de medidas de segurança, permita a realização da competição desportiva sem que estas tenham sido corrigidas ou executadas.</p> <p>8 - Quando, por avaliação de risco do evento desportivo realizada pelas forças de segurança, se verifique a existência de perigo fundado de perturbação séria ou violenta da ordem pública, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, determina a não realização do espetáculo desportivo ou a sua realização à porta fechada.</p> <p>9 - Em caso de ocorrência de incidentes que tenham causado perturbação séria ou violenta da ordem pública em espetáculo desportivo anterior, provocados por adeptos visitantes, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, pode determinar a impossibilidade de o clube ou sociedade desportiva visitado ceder títulos de ingresso ao clube ou</p>	<p>espetáculo desportivo no crime de desobediência.</p> <p>7 - Incorre igualmente no crime de desobediência o organizador da competição desportiva que, tendo sido notificado da necessidade de correção ou implementação de medidas de segurança, permita a realização da competição desportiva sem que estas tenham sido corrigidas ou executadas.</p> <p>8 - Quando, por avaliação de risco do evento desportivo realizada pelas forças de segurança, se verifique a existência de perigo fundado de perturbação séria ou violenta da ordem pública, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, determina a não realização do espetáculo desportivo ou a sua realização à porta fechada.</p> <p>9 - Em caso de ocorrência de incidentes que tenham causado perturbação séria ou violenta da ordem pública em espetáculo desportivo anterior, provocados por adeptos visitantes, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, pode determinar a impossibilidade de o clube ou sociedade desportiva visitado ceder títulos de ingresso ao clube ou sociedade</p>	<p>Sublinhe-se que, compete às forças de segurança o cumprimento e a fiscalização do cumprimento da lei.</p> <p>N.º 7</p> <p>Em linha com o comentário <i>supra</i>, entendemos não poder ser o organizador da competição responsabilizado criminalmente pela falta de correção ou implementação das medidas de segurança que recaem sobre o promotor do espetáculo desportivo.</p>
---	---	---	--



<p>espetáculo desportivo anterior, provocados por adeptos portadores de título de ingresso para as zonas a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º-A, o presidente da APCVD, sob proposta do comandante-geral da GNR ou do diretor nacional da PSP, pode determinar a impossibilidade de o clube ou sociedade desportiva visitado ceder títulos de ingresso ao clube ou sociedade desportiva visitante para o espetáculo desportivo seguinte entre ambos, a realizar no mesmo recinto desportivo.</p> <p>9 - O comandante da força de segurança presente no local pode, no decorrer do espetáculo desportivo, assumir, a todo o tempo, a responsabilidade pela segurança no recinto desportivo sempre que a falta desta determine a existência de risco para pessoas e instalações.</p> <p>10 - A decisão de evacuação, total ou parcial, do recinto desportivo cabe, exclusivamente, ao comandante da força de segurança presente no local.</p>	<p>sociedade desportiva visitante para o espetáculo desportivo seguinte entre ambos.</p> <p>10 - [Anterior n.º 9].</p> <p>11 - [Anterior n.º 10].</p>	<p>desportiva visitante para o espetáculo desportivo seguinte entre ambos.</p> <p>10 - [Anterior n.º 9].</p> <p>11 - [Anterior n.º 10].</p>	
<p>Artigo 14.º Apoio a grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - É obrigatório o registo dos grupos organizados de adeptos junto da APCVD, tendo que ser constituídos previamente como associações, nos termos da legislação aplicável.</p>	<p>Artigo 14.º Apoio a grupos organizados de adeptos e seu registo junto da APCVD</p> <p>1 - O promotor do espetáculo desportivo regista, junto da APCVD, os grupos organizados de adeptos, tendo</p>	<p>Artigo 14.º Apoio a grupos organizados de adeptos e seu registo junto da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto</p> <p>1 - O promotor do espetáculo desportivo regista, junto da APCVD, os</p>	<p>Artigo 14.º</p> <p>Importa deixar claro neste artigo que independentemente da responsabilidade contraordenacional a ser aferida pela APCVD poderá existir,</p>



<p>2 - O incumprimento do disposto no número anterior veda liminarmente a atribuição de qualquer apoio, por parte do promotor do espetáculo desportivo, nomeadamente através da concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações, apoio técnico, financeiro ou material.</p> <p>3 - Os apoios técnicos, financeiros e materiais concedidos a grupos organizados de adeptos são objeto de protocolo com o promotor do espetáculo desportivo, a celebrar em cada época desportiva, o qual é disponibilizado, sempre que solicitado, à força de segurança e à APCVD.</p> <p>4 - O protocolo a que se refere o número anterior identifica, em anexo, os elementos que integram o respetivo grupo organizado.</p> <p>5 - É expressamente proibido o apoio a grupos organizados de adeptos que adotem sinais, símbolos e expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos, ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p> <p>6 - A concessão de facilidades de utilização ou a cedência de instalações a grupos de adeptos constituídos nos</p>	<p>estes de ser previamente constituídos, nos termos da lei, como associações.</p> <p>2 - O promotor do espetáculo desportivo ou qualquer outra entidade, coletiva ou singular, não podem atribuir qualquer apoio a grupo organizado de adeptos não registado na APCVD, ou cujo registo tenha sido suspenso ou anulado, nomeadamente a concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações, cedência de títulos de ingresso a preços especiais ou em número superior ao de membros filiados, apoio nas deslocações ou apoio técnico, financeiro ou material.</p> <p>3 - Os apoios técnicos, financeiros e materiais concedidos a grupos organizados de adeptos são objeto de protocolo a celebrar entre o grupo e o promotor do espetáculo desportivo para cada época desportiva.</p> <p>4 - O protocolo a que se refere o número anterior identifica, em anexo, o número total de filiados, bem como os elementos que integram os órgãos sociais da associação constituída nos termos do n.º 1.</p> <p>5 - O protocolo e o anexo são remetidos à APCVD e à força de segurança territorialmente competente em razão da sede do</p>	<p>grupos organizados de adeptos, tendo estes de ser previamente constituídos, nos termos da lei, como associações.</p> <p>2 - O promotor do espetáculo desportivo ou qualquer outra entidade, coletiva ou singular, não podem atribuir qualquer apoio a grupo organizado de adeptos não registado na APCVD, ou cujo registo tenha sido suspenso ou anulado, nomeadamente a concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações, cedência de títulos de ingresso a preços especiais ou em número superior ao de membros filiados, apoio nas deslocações ou apoio técnico, financeiro ou material.</p> <p>3 - Os apoios técnicos, financeiros e materiais concedidos a grupos organizados de adeptos são objeto de protocolo a celebrar entre o grupo e o promotor do espetáculo desportivo para cada época desportiva.</p> <p>4 - O protocolo a que se refere o número anterior identifica, em anexo, o número total de filiados, bem como os elementos que integram os órgãos sociais da associação constituída nos termos do n.º 1.</p> <p>5 - O protocolo e o anexo são remetidos à APCVD e à força de segurança territorialmente competente em razão da sede do promotor do espetáculo</p>	<p>igualmente, responsabilidade disciplinar a ser apreciada pelos órgãos competentes para o efeito.</p>
---	--	--	---



<p>termos da presente lei é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, cabendo-lhe, nesta medida, a respetiva fiscalização, a fim de assegurar que nestas não sejam depositados quaisquer materiais ou objetos proibidos ou suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência, racismo, xenofobia, intolerância nos espetáculos desportivos, ou qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p> <p>7 - O incumprimento do disposto no presente artigo pelo promotor do espetáculo desportivo pode determinar, enquanto as situações indicadas nos números anteriores se mantiverem, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada.</p> <p>8 - A sanção prevista no número anterior é aplicada pela APCVD.</p> <p>9 - O disposto nos n.os 2, 5 e 6 é aplicável, com as devidas adaptações, a qualquer outra entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a qualquer grupo organizado de adeptos.</p> <p>10 - A entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a qualquer grupo organizado de adeptos tem de confirmar previamente, junto da</p>	<p>promotor do espetáculo desportivo no início de cada época desportiva ou quando neles sejam introduzidas alterações, num prazo máximo de 5 dias úteis a contar do início da época desportiva ou da introdução das alterações, consoante o caso.</p> <p>6 - É proibido o apoio a grupos organizados de adeptos que adotem, dentro ou fora do recinto desportivo, sinais, símbolos e expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p> <p>7 - A concessão de facilidades de utilização ou a cedência de instalações a grupos organizados de adeptos registados junto da APCVD é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, cabendo-lhe, nesta medida, a respetiva fiscalização, a fim de assegurar que nestas não sejam depositados quaisquer materiais ou objetos proibidos ou que possibilitem gerar ou gerem, dentro ou fora do recinto desportivo, atos de violência, racismo, xenofobia, intolerância ou qualquer outra forma</p>	<p>desportivo no início de cada época desportiva ou quando neles sejam introduzidas alterações, num prazo máximo de 5 dias úteis a contar do início da época desportiva ou da introdução das alterações, consoante o caso.</p> <p>6 - É proibido o apoio a grupos organizados de adeptos que adotem, dentro ou fora do recinto desportivo, sinais, símbolos e expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p> <p>7 - A concessão de facilidades de utilização ou a cedência de instalações a grupos organizados de adeptos registados junto da APCVD é da responsabilidade do promotor do espetáculo desportivo, cabendo-lhe, nesta medida, a respetiva fiscalização, a fim de assegurar que nestas não sejam depositados quaisquer materiais ou objetos proibidos ou que possibilitem gerar ou gerem, dentro ou fora do recinto desportivo, atos de violência, racismo, xenofobia, intolerância ou qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p>	
--	---	--	--



<p>APCVD, a suscetibilidade de aquele grupo poder beneficiar dos mesmos.</p>	<p>de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política.</p> <p>8 - O incumprimento do disposto no presente artigo pelo promotor do espetáculo desportivo pode determinar:</p> <p>a) A realização de espetáculos desportivos à porta fechada;</p> <p>b) A suspensão ou o cancelamento do registo do grupo organizado de adeptos.</p> <p>9 - As sanções previstas no número anterior são aplicadas pela APCVD.</p> <p>10 - O disposto nos n.ºs 3 a 7 é aplicável, com as devidas adaptações, a qualquer outra entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a qualquer grupo organizado de adeptos.</p> <p>11 - Qualquer entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a um grupo organizado de adeptos tem de confirmar previamente, junto da APCVD, que o mesmo se encontra registado.</p> <p>12 - A APCVD publicita no seu sítio de internet a lista dos grupos organizados de adeptos registados.</p> <p>13 - Todos os apoios técnicos, financeiros, materiais ou facilidades concedidos a grupos organizados de adeptos, pelo promotor do espetáculo ou por qualquer outra entidade</p>	<p>8 - O incumprimento do disposto no presente artigo pelo promotor do espetáculo desportivo pode determinar:</p> <p>a) A realização de espetáculos desportivos à porta fechada;</p> <p>b) A suspensão ou o cancelamento do registo do grupo organizado de adeptos.</p> <p>9 - As sanções previstas no número anterior são aplicadas pela APCVD.</p> <p>10 - O disposto nos n.ºs 3 a 7 é aplicável, com as devidas adaptações, a qualquer outra entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a qualquer grupo organizado de adeptos.</p> <p>11 - Qualquer entidade que pretenda conceder facilidades ou apoios a um grupo organizado de adeptos tem de confirmar previamente, junto da APCVD, que o mesmo se encontra registado.</p> <p>12 - A APCVD publicita no seu sítio de internet a lista dos grupos organizados de adeptos registados.</p> <p>13 - Todos os apoios técnicos, financeiros, materiais ou facilidades concedidos a grupos organizados de adeptos, pelo promotor do espetáculo ou por qualquer outra entidade coletiva ou singular, são registados na APCVD, que os publica no seu sítio da internet juntamente com o respetivo registo.</p>	
--	--	---	--



	<p>coletiva ou singular, são registados na APCVD, que os publica no seu sítio da internet juntamente com o respetivo registo.</p>		
<p>Artigo 15.º Registo dos grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - O promotor do espetáculo desportivo, que atribua qualquer tipo de apoio a um grupo organizado de adeptos, mantém um registo sistematizado e atualizado dos filiados no mesmo, cumprindo o disposto na legislação de proteção de dados pessoais, com indicação dos elementos seguintes:</p> <p>a) Nome;</p> <p>b) Número do cartão de cidadão;</p> <p>c) Data de nascimento;</p> <p>d) Fotografia;</p> <p>e) Filiação, caso se trate de menor de idade;</p> <p>f) Morada; e</p> <p>g) Contactos telefónicos e de correio eletrónico.</p> <p>2 - O promotor do espetáculo desportivo envia trimestralmente cópia do registo à APCVD e às forças de segurança.</p>	<p>Artigo 15.º Registo interno dos grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - O promotor do espetáculo desportivo que registe um grupo organizado de adeptos junto da APCVD deve manter um registo interno sistematizado e atualizado dos seus filiados, nos termos do disposto na legislação de proteção de dados pessoais, com indicação dos elementos seguintes:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...];</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...].</p> <p>2 - [Revogado].</p> <p>3 - O registo interno é atualizado sempre que se verifique qualquer alteração relativa aos seus filiados.</p> <p>4 - O promotor do espetáculo desportivo suspende o registo interno de um grupo organizado de adeptos</p>	<p>Artigo 15.º Registo interno dos grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - O promotor do espetáculo desportivo que registe um grupo organizado de adeptos junto da APCVD deve manter um registo interno sistematizado e atualizado dos seus filiados, nos termos do disposto na legislação de proteção de dados pessoais, com indicação dos elementos seguintes:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...];</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...].</p> <p>2 - [Revogado].</p> <p>3 - O registo interno é atualizado sempre que se verifique qualquer alteração relativa aos seus filiados.</p> <p>4 - O promotor do espetáculo desportivo suspende o registo interno de um grupo organizado de adeptos sempre que haja indícios da existência</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>3 - O registo referido no n.º 1 é atualizado sempre que se verifique qualquer alteração quanto aos seus filiados e pode ser suspenso pelo promotor do espetáculo desportivo no caso de incumprimento do disposto no presente artigo, nomeadamente nos casos de prestação de informações falsas ou incompletas no referente ao n.º 1.</p> <p>4 - Sempre que proceder à suspensão de um registo, o promotor do espetáculo desportivo cessa todo o apoio que presta ao grupo organizado de adeptos e informa a APCVD, de imediato e de forma documentada, justificando as razões da sua decisão.</p> <p>5 - Caso a suspensão perdure pelo período de um ano, o promotor do espetáculo desportivo anula o registo e informa a APCVD, de imediato e de forma documentada.</p> <p>6 - É proibido ao promotor do espetáculo desportivo o apoio a grupos organizados de adeptos que não se encontrem previamente registados nos termos dos números anteriores ou cujo registo tenha sido suspenso ou anulado.</p> <p>7 - (Revogado.)</p>	<p>sempre que haja indícios da existência de falsas declarações quanto à identidade dos seus filiados.</p> <p>5 - O promotor do espetáculo desportivo pode suspender o registo interno de um grupo organizado de adeptos quando a falta de elementos relativos aos filiados comprometa a sua identificação.</p> <p>6 - [Revogado].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - O promotor que suspenda o registo interno cessa imediatamente a prestação de qualquer apoio ao grupo organizado de adeptos e comunica, ato contínuo e de forma documentada, a suspensão do registo e respetivos fundamentos à APCVD.</p> <p>9 - Caso a suspensão perdure pelo período de um ano, o promotor do espetáculo desportivo anula o registo junto da APCVD, de imediato e de forma documentada.</p>	<p>de falsas declarações quanto à identidade dos seus filiados.</p> <p>5 - O promotor do espetáculo desportivo pode suspender o registo interno de um grupo organizado de adeptos quando a falta de elementos relativos aos filiados comprometa a sua identificação.</p> <p>6 - [Revogado].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - O promotor que suspenda o registo interno cessa imediatamente a prestação de qualquer apoio ao grupo organizado de adeptos e comunica, ato contínuo e de forma documentada, a suspensão do registo e respetivos fundamentos à APCVD.</p> <p>9 - Caso a suspensão perdure pelo período de um ano, o promotor do espetáculo desportivo anula o registo junto da APCVD, de imediato e de forma documentada.</p>	
---	--	--	--



<p>Artigo 16.º Deslocação e acesso a recintos</p> <p>1 - No âmbito da deslocação para qualquer espetáculo desportivo, os grupos organizados de adeptos devem possuir uma listagem atualizada contendo a identificação de todos os filiados que nela participam, sendo aquela disponibilizada, sempre que solicitado, às forças de segurança, à APCVD, bem como, aquando da revista obrigatória, aos assistentes de recinto desportivo.</p> <p>2 - Os promotores do espetáculo desportivo devem reservar, nos recintos desportivos que lhes estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.</p> <p>3 - As forças de segurança envolvidas no policiamento da deslocação de grupos organizados de adeptos para recintos desportivos devem delinear, em colaboração com estes, um plano de deslocação que assegure o cumprimento de antecedências mínimas de entrada no recinto</p>	<p>Artigo 16.º [...]</p> <p>1 - O organizador e o promotor devem fornecer às autoridades judiciárias, às forças de segurança, ou à APCVD a listagem dos adeptos que adquiriram o título de ingresso, sempre que solicitado no âmbito de diligências em processo penal ou contraordenacional.</p> <p>2 - Os promotores do espetáculo desportivo devem reservar, nos recintos desportivos que lhes estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, devendo ser coincidentes, nos espetáculos desportivos de risco elevado ou nos inseridos em competições de natureza profissional, com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p> <p>3 - A força de segurança responsável pelo policiamento da deslocação de grupos organizados de adeptos para recintos desportivos deve delinear, em colaboração com estes, um plano de deslocação que assegure o cumprimento de antecedências mínimas de entrada no recinto</p>	<p>Artigo 16.º [...]</p> <p>1 - O promotor e o organizador, quando aplicável, devem fornecer às autoridades judiciárias, às forças de segurança, ou à APCVD a listagem dos adeptos que adquiriram o título de ingresso, sempre que solicitado no âmbito de diligências em processo penal ou contraordenacional.</p> <p>2 - Os promotores do espetáculo desportivo devem reservar, nos recintos desportivos que lhes estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, devendo ser coincidentes, nos espetáculos desportivos de risco elevado ou nos inseridos em competições de natureza profissional, com as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p> <p>3 - A força de segurança responsável pelo policiamento da deslocação de grupos organizados de adeptos para recintos desportivos deve delinear, em colaboração com estes, um plano de deslocação que assegure o cumprimento de antecedências</p>	<p>Artigo 16.º</p> <p>Importa sublinhar que o organizador só está abrangido pelo âmbito de aplicação desta norma quando atua na qualidade de promotor, pelo que não concordamos com a inclusão do organizador neste artigo. O requisito previsto neste artigo tem um impacto muito significativo, pelo que a implementação de uma medida desta natureza exige uma discussão mais aprofundada e ponderada.</p> <p>Em relação aos n.º 2 e 4, não nos parece exequível que haja um controlo efetivo de ingresso e correspondência a membro de GOA, no caso das competições não-profissionais, onde as áreas não são delimitadas e onde os requisitos/exigências de separação e controlo efetivo não se aplicam, não são necessárias nem são exequíveis.</p>



<p>desportivo, permitindo a sua acomodação antes do início do espetáculo desportivo.</p> <p>4 - Só é permitido o acesso e o ingresso nas áreas referidas no n.º 2 aos indivíduos portadores de bilhete onde conste o nome do titular filiado em grupo organizado de adeptos.</p> <p>5 - O incumprimento do disposto no n.º 1 legitima o impedimento da entrada dos elementos do grupo organizado de adeptos no espetáculo desportivo em causa.</p> <p>6 - O incumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 4 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, enquanto a situação se mantiver, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção que é aplicada pela APCVD.</p>	<p>desportivo, permitindo a sua acomodação antes do início do espetáculo desportivo.</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - O incumprimento do disposto no n.º 2 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, enquanto a situação se mantiver, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção que é aplicada pela APCVD.</p>	<p>mínimas de entrada no recinto desportivo, permitindo a sua acomodação antes do início do espetáculo desportivo.</p> <p>4 - Só é permitido o acesso e o ingresso nas áreas referidas no n.º 2 aos indivíduos portadores de bilhete onde conste o nome do titular filiado em grupo organizado de adeptos.</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - O incumprimento do disposto nos n.os 2 e 4 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, enquanto a situação se mantiver, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção que é aplicada pela APCVD.</p>	<p>Deverá ter-se em conta a proporcionalidade e a realidade das competições e dos jogos, procurando não continuar a colar os requisitos das competições profissionais. Aquando da qualificação de risco elevado dos jogos, sobretudo no caso de qualificações pontuais e com uma curta antecedência face à realização do ED, deverá a definição dos requisitos ser adequada e criteriosa, sem colagem aos das competições profissionais.</p>
<p>Artigo 16.º - A</p> <p>Zona com condições especiais de acesso e permanência de adeptos</p> <p>1 - Nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional considerados de risco elevado, são criadas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p>	<p>Artigo 16.º - A</p> <p>[...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [Revogado].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - É permitida, nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, a utilização</p>	<p>Artigo 16.º - A</p> <p>[...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - O título de ingresso referido no número anterior é adquirido exclusivamente por via eletrónica junto do promotor, sendo a aquisição feita a título individual e efetuada a correspondência com um documento de identificação com fotografia,</p>	<p>Artigo 16.º-A</p> <p>Deverá ter-se em conta a proporcionalidade e a realidade das competições não profissionais e dos jogos em concreto, desde logo aquando da qualificação do Risco Elevado, procurando não continuar a colar os requisitos das competições profissionais.</p>



<p>2 - O acesso e a permanência nas zonas referidas no número anterior, em cada espetáculo desportivo, são reservados apenas aos adeptos detentores de título de ingresso válido.</p> <p>3 - O título de ingresso referido no número anterior é adquirido exclusivamente por via eletrónica junto do promotor, sendo a aquisição feita a título individual e efetuada a correspondência com um documento de identificação com fotografia, fazendo constar em cada título o nome do titular.</p> <p>4 - As zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos devem ter entrada exclusiva, não permitindo fisicamente a passagem dos espetadores para outras zonas e setores, e garantir o acesso a instalações sanitárias e serviços de bar.</p> <p>5 - Os promotores dos espetáculos desportivos comunicam obrigatoriamente à APCVD, às forças de segurança e ao organizador da competição, antes do início de cada época desportiva, quais as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, para efeitos de aprovação conjunta por parte daquelas entidades.</p>	<p>de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados pelos grupos organizados de adeptos constituídos e registados nos termos do artigo 14.º em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.</p> <p>9 - [...].</p> <p>10 - Nos recintos onde se realizem espetáculos abrangidos pelo presente artigo, os grupos organizados de adeptos, constituídos e registados nos termos do artigo 14.º, apenas podem aceder e permanecer nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, nos termos previstos nos números anteriores, devendo ser adotadas medidas que impeçam a circulação para outras zonas.</p> <p>11 - A utilização dos materiais em violação do disposto nos n.ºs 8 e 9 implica o afastamento imediato, do recinto desportivo, do adepto que os tenha utilizado, a efetuar pelas forças</p>	<p>fazendo constar em cada título o nome do titular.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - É permitida, nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, a utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados pelos grupos organizados de adeptos constituídos e registados nos termos do artigo 14.º em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.</p> <p>9 - [...].</p> <p>10 - Nos recintos onde se realizem espetáculos abrangidos pelo presente artigo, os grupos organizados de adeptos, constituídos e registados nos termos do artigo 14.º, apenas podem aceder e permanecer nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, nos termos previstos nos números anteriores,</p>	
--	--	---	--



<p>6 - Nos recintos referidos no n.º 1 são criadas zonas especiais com as mesmas características para adeptos dos clubes ou sociedades desportivas visitantes, com as condições de acesso e permanência previstas nos números anteriores.</p> <p>7 - No âmbito da deslocação para recintos desportivos integrados em competições desportivas de natureza profissional ou em espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza não profissional considerados de risco elevado, os clubes ou sociedades desportivas visitantes devem, designadamente através dos respetivos oficiais de ligação aos adeptos, fornecer ao promotor do espetáculo desportivo, às forças de segurança e à APCVD, com a antecedência mínima de 48 horas, a informação relativa ao número estimado de adeptos que tenham obtido título de ingresso válido para aquela zona, de acordo com as respetivas condições de acesso e permanência.</p> <p>8 - A utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa, bem como de</p>	<p>de segurança presentes no local, bem como a apreensão desses materiais.</p> <p>12 - O incumprimento do disposto nos n.ºs 1, 4, 5, 6 e 10 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>13 - O incumprimento do disposto no n.º 7 implica, para o clube ou a sociedade desportiva visitante, a impossibilidade de receber títulos de ingresso para espetáculos desportivos em que seja novamente visitante, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>14 - [...].</p> <p>15 - [...].</p> <p>16 - A idade dos menores é atestada pela apresentação de documento comprovativo da idade invocada, no momento do ingresso no recinto.</p>	<p>devendo ser adotadas medidas que impeçam a circulação para outras zonas.</p> <p>11 - A utilização dos materiais em violação do disposto nos n.ºs 8 e 9 implica o afastamento imediato, do recinto desportivo, do adepto que os tenha utilizado, a efetuar pelas forças de segurança presentes no local, bem como a apreensão desses materiais.</p> <p>12 - O incumprimento do disposto nos n.ºs 1, 4, 5, 6 e 10 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, a realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>13 - O incumprimento do disposto no n.º 7 implica, para o clube ou a sociedade desportiva visitante, a impossibilidade de receber títulos de ingresso para espetáculos desportivos em que seja novamente visitante, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>14 - [...].</p> <p>15 - [...].</p> <p>16 - A idade dos menores é atestada pela apresentação de documento comprovativo da idade invocada, no momento do ingresso no recinto.</p>	
--	---	--	--



<p>bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas, é permitida nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.</p> <p>9 - A utilização dos materiais previstos no número anterior está sujeita à aprovação conjunta por parte do promotor do espetáculo desportivo e das forças de segurança e serviços de emergência.</p> <p>10 - Nos recintos onde se realizem espetáculos abrangidos pelo presente artigo, os grupos organizados de adeptos apenas podem aceder e permanecer nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, nos termos previstos nos números anteriores.</p> <p>11 - A utilização dos materiais em violação do disposto no n.º 9 implica o afastamento imediato do recinto desportivo, a efetuar pelas forças de segurança presentes no local, bem como a apreensão dos mesmos.</p> <p>12 - O incumprimento do disposto nos n.os 1, 4, 5, 6 e 10 implica, para o promotor do espetáculo desportivo, enquanto as situações se mantiverem, a</p>			
---	--	--	--



<p>realização de espetáculos desportivos à porta fechada, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>13 - O incumprimento do disposto no n.º 7 implica, para o clube ou a sociedade desportiva visitante, enquanto a situação se mantiver, a impossibilidade de o clube ou a sociedade desportiva receber títulos de ingresso para espetáculos desportivos em que seja visitante, sanção a aplicar pela APCVD.</p> <p>14 - Ao acesso e à permanência nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos aplicam-se as regras previstas nos n.os 1 a 5 do artigo 22.º e nos n.os 1 a 3 do artigo 23.º</p> <p>15 - É vedada a aquisição de títulos de ingresso para as zonas referidas no n.º 1 a menores de 16 anos, exceto quando acompanhados por um adulto.</p> <p>16 - A idade dos menores é atestada pela apresentação de documento comprovativo da idade invocada.</p>			
<p>Artigo 17.º Lugares nos recintos desportivos e separação física dos adeptos</p> <p>1 - Os recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas de natureza profissional ou não profissional consideradas de risco elevado, sejam nacionais ou</p>	<p>Artigo 17.º [...]</p> <p>1 - Os recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais</p>	<p>Artigo 17.º [...]</p> <p>1 - Os recintos desportivos nos quais se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais ou</p>	<p>Artigo 17.º</p> <p>Deverá ter-se em conta a proporcionalidade e a realidade das competições e dos jogos em concreto, desde logo aquando da qualificação do Risco Elevado, procurando não continuar a colar</p>



<p>internacionais, são dotados de lugares sentados, individuais e numerados, equipados com assentos de modelo oficialmente aprovado, sem prejuízo de o promotor do espetáculo desportivo poder definir áreas de assistência com lugares em pé, individuais e numerados, nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, equipadas com mecanismos de segurança de modelo oficialmente aprovado, que previnam o efeito de arrastamento de espetadores.</p> <p>2 - O disposto no número anterior não prejudica a instalação de setores devidamente identificados como zonas tampão, que permitam separar fisicamente os espetadores e assegurar uma rápida e eficaz evacuação do recinto desportivo, podendo implicar a restrição de venda de bilhetes.</p> <p>3 - Os recintos desportivos nos quais se realizem as competições previstas no n.º 1 são ainda dotados de lugares apropriados para as pessoas com deficiência e ou incapacidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade condicionada.</p>	<p>ou internacionais, são dotados de lugares sentados, individuais e numerados, equipados com assentos de modelo oficialmente aprovado, sem prejuízo de o promotor do espetáculo desportivo poder definir áreas de assistência com lugares em pé, individuais e numerados, nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, equipadas com mecanismos de segurança de modelo oficialmente aprovado, que previnam o efeito de arrastamento de espectadores e desde que não aumente a capacidade de lotação do recinto.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - Os recintos desportivos nos quais se realizem as competições previstas no n.º 1 são ainda dotados de lugares apropriados para as pessoas com deficiência e ou incapacidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade condicionada, integradas nas áreas de visitado e visitante e, sempre que possível, também nas zonas com condições especiais de acesso e permanência.</p> <p>4 - Nos recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos de competições profissionais que não sejam qualificados como de risco</p>	<p>internacionais, são dotados de lugares sentados, individuais e numerados, equipados com assentos de modelo oficialmente aprovado, sem prejuízo de o promotor do espetáculo desportivo poder definir áreas de assistência com lugares em pé, individuais e numerados, nas zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, equipadas com mecanismos de segurança de modelo oficialmente aprovado, que previnam o efeito de arrastamento de espectadores e desde que não aumente a capacidade de lotação do recinto.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - Os recintos desportivos nos quais se realizem as competições previstas no n.º 1 são ainda dotados de lugares apropriados para as pessoas com deficiência e ou incapacidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade condicionada, integradas nas áreas de visitado e visitante e, sempre que possível, também nas zonas com condições especiais de acesso e permanência.</p> <p>4 - Nos recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos de competições profissionais que não sejam qualificados como de risco elevado, pode o promotor do</p>	<p>os requisitos das competições profissionais. Aquando da qualificação de risco elevado dos jogos, sobretudo no caso de qualificações pontuais e com uma curta antecedência face à realização do ED, deverá a definição dos requisitos ser adequada e criteriosa, sem colagem aos das competições profissionais.</p>
--	--	---	---



	elevado, pode o promotor do espetáculo desportivo, complementarmente às zonas segregadas, propor a implementação de zonas onde não ocorra a separação física dos adeptos no âmbito do procedimento previsto pelo artigo 7.º.	espetáculo desportivo, complementarmente às zonas segregadas, propor a implementação de zonas onde não ocorra a separação física dos adeptos no âmbito do procedimento previsto pelo artigo 7.º.	
Artigo 20.º Acesso de pessoas com deficiência e ou incapacidades a recintos desportivos 1 - Os recintos desportivos devem dispor de acessos especiais para pessoas com deficiência e ou incapacidades, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto. 2 - As pessoas com deficiência e ou incapacidades podem aceder aos recintos desportivos acompanhadas pelo cão de assistência, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de março.	Artigo 20.º [...] 1 - [...]. 2 - As pessoas com deficiência e ou incapacidades podem aceder aos recintos desportivos acompanhadas por cão de assistência, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de março.	Artigo 20.º [...] 1 - [...]. 2 - As pessoas com deficiência e ou incapacidades podem aceder aos recintos desportivos acompanhadas por cão de assistência, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 74/2007, de 27 de março.	Sem comentários
Artigo 21.º Medidas de beneficiação 1 - A APCVD pode determinar, sob proposta das forças de segurança, da ANPC ou dos serviços de emergência médica, que os recintos desportivos sejam objeto de medidas de beneficiação, tendo em vista o reforço da segurança e a melhoria das condições higiénicas e sanitárias. 2 - Em caso de incumprimento do	Artigo 21.º [...] 1 - A APCVD pode determinar, sob proposta das forças de segurança, da ANEPC ou das autoridades de saúde , que os recintos desportivos sejam, dentro de um prazo razoável , objeto de medidas de beneficiação, tendo em vista o reforço da segurança e a	Artigo 21.º [...] 1 - A APCVD pode determinar, sob proposta das forças de segurança, da ANEPC, do INEM, I.P., ou das autoridades de saúde , que os recintos desportivos sejam, dentro de um prazo razoável , objeto de medidas de beneficiação, tendo em vista o reforço	Sem comentários



<p>disposto no número anterior, a APCVD pode determinar a interdição total ou parcial do recinto até que as medidas determinadas sejam observadas.</p>	<p>melhoria das condições higiénicas e sanitárias.</p> <p>2 - [...].</p>	<p>da segurança e a melhoria das condições higiénicas e sanitárias.</p> <p>2 - [...].</p>	
<p>Artigo 22.º Condições de acesso de espetadores ao recinto desportivo</p> <p>1 - São condições de acesso dos espetadores ao recinto desportivo:</p> <p>a) A posse de título de ingresso válido e de documento de identificação com fotografia;</p> <p>b) A observância das normas do regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público;</p> <p>c) Não estar sob a influência de álcool, estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, aceitando submeter-se a testes de controlo e despistagem, a efetuar sob a direção dos elementos da força de segurança;</p> <p>d) Não transportar ou trazer consigo objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência;</p> <p>e) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com</p>	<p>Artigo 22.º [...]</p> <p>1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, intolerante ou xenófobo;</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) Não se encontrar sujeito a medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeito a sanção disciplinar de interdição de acesso a recinto desportivo, aplicada pela APCVD ou pelo organizador ou promotor, nos termos do artigo 46.º.</p> <p>2 - Para os efeitos da alínea c) do número anterior, consideram-se sob</p>	<p>Artigo 22.º [...]</p> <p>1 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Não ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista, intolerante ou xenófobo;</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) Não se encontrar sujeito a medida de coação, injunção ou regra de conduta que impeça o acesso a recintos desportivos, ou sujeito a sanção disciplinar de interdição de acesso a recinto desportivo, aplicada pela APCVD ou pelo organizador ou promotor, nos termos do artigo 46.º.</p> <p>2 - Para os efeitos da alínea c) do número anterior, consideram-se sob</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>mensagens ofensivas, de carácter racista ou xenófobo;</p> <p>f) Não praticar atos violentos ou que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos, a qualquer forma de discriminação ou que traduzam manifestações de ideologia política, incluindo a entoação de cânticos;</p> <p>g) Consentir na revista pessoal de prevenção e segurança, com o objetivo de detetar e impedir a entrada de objetos e substâncias proibidos ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência;</p> <p>h) Consentir na recolha de imagem e som, nos termos da legislação de proteção de dados pessoais;</p> <p>i) Não ostentar ou envergar qualquer utensílio ou apetrecho que oculte, total ou parcialmente, o rosto.</p> <p>j) Não se encontrar sujeito a medida de coação ou injunção que impeça o acesso a recintos desportivos.</p> <p>2 - Para os efeitos da alínea c) do número anterior, consideram-se sob influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes,</p>	<p>influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,8 g/l, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes, instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e legislação conexa, para as situações de alcoolemia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - As forças de segurança que garantem o policiamento do espetáculo desportivo submetem a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas os indivíduos que apresentem indícios de estarem sob a influência das mesmas, bem como os que manifestem comportamentos violentos ou que coloquem em perigo a segurança do espetáculo desportivo.</p> <p>5 - A pessoa que recuse submeter-se aos testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas ou cujos testes tenham resultado positivo não pode aceder nem tão-pouco permanecer no recinto desportivo.</p> <p>6 - [...].</p>	<p>influência de álcool os indivíduos que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,8 g/l, aplicando-se-lhes, com as devidas adaptações, os procedimentos, testes, instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e legislação conexa, para as situações de alcoolemia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - As forças de segurança que garantem o policiamento do espetáculo desportivo submetem a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas os indivíduos que apresentem indícios de estarem sob a influência das mesmas, bem como os que manifestem comportamentos violentos ou que coloquem em perigo a segurança do espetáculo desportivo.</p> <p>5 - A pessoa que recuse submeter-se aos testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas ou cujos testes tenham resultado positivo não pode aceder nem tão-pouco permanecer no recinto desportivo.</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p>	
--	---	--	--



<p>instrumentos e modos de medição previstos no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, para as situações de alcoolemia e influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas nos condutores.</p> <p>3 - É vedado o acesso ao recinto desportivo a todos os espetadores que não cumpram o previsto no n.º 1, excetuando o disposto nas alíneas b), d) e g) do mesmo número, quando se trate de objetos que sejam auxiliares das pessoas com deficiência e ou incapacidades.</p> <p>4 - As autoridades policiais destacadas para o espetáculo desportivo podem submeter a testes de controlo de alcoolemia ou de outras substâncias tóxicas os indivíduos que apresentem indícios de estarem sob a influência das mesmas, bem como os que manifestem comportamentos violentos ou que coloquem em perigo a segurança desse mesmo espetáculo desportivo.</p> <p>5 - É vedado o acesso ao recinto desportivo àqueles cujos testes se revelem positivos e a todos os que recusem submeter-se aos mesmos.</p> <p>6 - Sem prejuízo do disposto no artigo 16.º-A, no acesso aos recintos desportivos integrados em competições</p>	<p>7 - [...].</p>		
--	-------------------	--	--



<p>desportivas de natureza profissional ou em espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza não profissional, considerados de risco elevado, é vedado aos espetadores do espetáculo desportivo a posse, transporte ou utilização de:</p> <p>a) Megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro;</p> <p>b) Bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.</p> <p>7 - Excetua-se do disposto no número anterior a utilização de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios de proporção considerável utilizados em coreografias, promovidas pelo promotor do espetáculo desportivo ou pelo organizador da competição desportiva, de implementação generalizada no recinto desportivo, desde que previamente autorizadas pelo promotor do espetáculo desportivo e pelas forças de segurança.</p>			
<p>Artigo 24.º Condições especiais de permanência dos grupos organizados de adeptos</p>	<p>Artigo 24.º [...] 1 - Nos recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos não</p>	<p>Artigo 24.º [...] 1 - Nos recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos não</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>1 - Nos recintos desportivos onde se realizem espetáculos desportivos não abrangidos pelo disposto no artigo 16.º-A, os grupos organizados de adeptos podem, excecionalmente, utilizar megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa.</p> <p>2 - O disposto no número anterior carece de autorização prévia do promotor do espetáculo desportivo e das forças de segurança.</p> <p>3 - Nos recintos desportivos cobertos pode haver lugar a condições impostas pelo promotor do espetáculo desportivo ao uso dos instrumentos produtores de ruídos, tendo em vista a proteção da saúde e do bem-estar dos participantes presentes no evento, nos termos da legislação sobre ruído.</p> <p>4 - A violação do disposto nos números anteriores implica o afastamento imediato do recinto desportivo, a efetuar pelas forças de segurança, pelos assistentes de recinto desportivo presentes no local ou, caso não se encontre no local qualquer dos anteriormente referidos, pelo gestor de segurança, bem como a apreensão dos instrumentos em causa.</p>	<p>abrangidos pelo disposto no artigo 16.º-A, os grupos organizados de adeptos constituídos e registados nos termos do artigo 14.º podem, obtidas as autorizações previstas no número seguinte, utilizar megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa e bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.</p> <p>2 - O disposto no número anterior carece de autorização prévia do promotor do espetáculo desportivo e, quando existir policiamento, também das forças de segurança.</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p>	<p>abrangidos pelo disposto no artigo 16.º-A, os grupos organizados de adeptos constituídos e registados nos termos do artigo 14.º podem, obtidas as autorizações previstas no número seguinte, utilizar megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, desde que não amplificados com auxílio de fonte de energia externa e bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas.</p> <p>2 - O disposto no número anterior carece de autorização prévia do promotor do espetáculo desportivo e, quando existir policiamento, também das forças de segurança.</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p>	
--	---	---	--



<p>Artigo 25.º Revista pessoal de prevenção e segurança</p> <p>1 - O assistente de recinto desportivo pode, na área definida para o controlo de acessos, efetuar revistas pessoais de prevenção e segurança aos espetadores, nos termos da legislação aplicável ao exercício da atividade de segurança privada, com o objetivo de impedir a introdução no recinto desportivo de objetos ou substâncias proibidos, suscetíveis de possibilitar ou gerar atos de violência.</p> <p>2 - O assistente de recinto desportivo deve efetuar, antes da abertura das portas do recinto, uma verificação de segurança a todo o seu interior, de forma a detetar a existência de objetos ou substâncias proibidos.</p> <p>3 - As forças de segurança destacadas para o espetáculo desportivo, sempre que tal se mostre necessário, podem proceder a revistas aos espetadores, por forma a evitar a existência no recinto de objetos ou substâncias proibidos ou suscetíveis de possibilitar atos de violência.</p> <p>4 - A revista é obrigatória no que diz respeito aos adeptos que pretendam aceder às zonas com condições especiais de acesso e permanência de</p>	<p>Artigo 25.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - A força de segurança com responsabilidade pelo policiamento do espetáculo desportivo pode verificar a correspondência da identidade do espectador com a que consta no título de ingresso, designadamente consultando o seu documento de identificação civil.</p> <p>6 - [Revogado].</p>	<p>Artigo 25.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - A força de segurança com responsabilidade pelo policiamento do espetáculo desportivo pode verificar a correspondência da identidade do espectador com a que consta no título de ingresso, designadamente consultando o seu documento de identificação civil.</p> <p>6 - A verificação prevista no número anterior deve decorrer de forma não discriminatória.</p>	
---	---	--	--



<p>adeptos.</p> <p>5 - O assistente de recinto desportivo e as forças de segurança destacadas para o espetáculo desportivo podem verificar a correspondência da identidade do espetador com a que consta no título de ingresso, designadamente consultando o documento de identificação civil do espetador.</p> <p>6 - A verificação prevista no número anterior deve recorrer a uma amostra adequada e proporcional dos espetadores, selecionados de forma não discriminatória.</p>			
<p>Artigo 26.º Emissão e venda de títulos de ingresso</p> <p>1 - Nos recintos em que se realizem competições profissionais e competições não profissionais consideradas de risco elevado, sejam nacionais ou internacionais, compete ao organizador da competição desportiva desenvolver e utilizar um sistema uniforme de emissão e venda de títulos de ingresso, controlado por meios informáticos.</p> <p>2 - Cabe ao organizador da competição desportiva a emissão dos títulos de ingresso, devendo definir, no início de cada época desportiva, as características do título de ingresso e os limites mínimo e máximo do respetivo</p>	<p>Artigo 26.º [...]</p> <p>1 - Nos recintos em que se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais ou internacionais, compete ao organizador da competição desportiva desenvolver e utilizar um sistema uniforme de emissão e venda de títulos de ingresso, controlado por meios informáticos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...]:</p> <p>a) Numeração sequencial, nos bilhetes individuais;</p> <p>b) [...];</p>	<p>Artigo 26.º [...]</p> <p>1 - Nos recintos em que se realizem competições desportivas de natureza profissional, independentemente do risco, ou espetáculos desportivos cujo risco seja considerado elevado, sejam nacionais ou internacionais, compete ao organizador da competição desportiva desenvolver e utilizar um sistema uniforme de emissão e venda de títulos de ingresso, controlado por meios informáticos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...]:</p> <p>a) Numeração sequencial, nos bilhetes individuais;</p> <p>b) [...];</p>	<p>Artigo 26.º</p> <p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF.</p> <p>Importante que esta medida não seja estendida aos jogos de risco elevado de competições não profissionais - pela colagem que habitualmente é feita em relação às competições profissionais.</p>



<p>preço.</p> <p>3 - Os títulos de ingresso devem conter as seguintes menções:</p> <p>a) Numeração sequencial;</p> <p>b) Identificação do recinto desportivo;</p> <p>c) Porta de entrada para o recinto desportivo, setor, fila e cadeira, bem como a planta do recinto e do local de acesso;</p> <p>d) Designação da competição desportiva;</p> <p>e) Modalidade desportiva;</p> <p>f) Identificação do organizador e promotores do espetáculo desportivo intervenientes;</p> <p>g) Especificação sumária dos factos impeditivos do acesso dos espetadores ao recinto desportivo e das consequências do incumprimento do regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público;</p> <p>h) (Revogada.)</p> <p>i) A identificação a que se refere o n.º 3 do artigo 16.º-A, nos casos nele previstos.</p> <p>4 - O organizador da competição desportiva pode acordar com o promotor do espetáculo desportivo a emissão dos títulos de ingresso.</p> <p>5 - O número de títulos de ingresso emitidos nos termos do presente artigo não pode ser superior à lotação do</p>	<p>c) [...];</p> <p>d) Designação da competição desportiva, nos bilhetes individuais;</p> <p>e) Modalidade desportiva, nos bilhetes individuais;</p> <p>f) Identificação do organizador da competição desportiva e dos clubes ou sociedades desportivas intervenientes no espetáculo desportivo, nos bilhetes individuais;</p> <p>g) Especificação sumária dos factos impeditivos do acesso dos espetadores ao recinto desportivo e das consequências do incumprimento do regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público ou ligação para sítio eletrónico onde esta informação esteja publicada;</p> <p>h) [...];</p> <p>i) Primeiro e último nome do titular do título de ingresso, assim como número de documento de identificação com fotografia.</p> <p>4 - Nas competições de natureza não profissional, o organizador da competição desportiva pode acordar com o promotor do espetáculo desportivo a emissão dos títulos de ingresso.</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p>	<p>c) [...];</p> <p>d) Designação da competição desportiva, nos bilhetes individuais;</p> <p>e) Modalidade desportiva, nos bilhetes individuais;</p> <p>f) Identificação do organizador da competição desportiva e dos clubes ou sociedades desportivas intervenientes no espetáculo desportivo, nos bilhetes individuais;</p> <p>g) Especificação sumária dos factos impeditivos do acesso dos espetadores ao recinto desportivo e das consequências do incumprimento do regulamento de segurança e utilização dos espaços de acesso público ou ligação para sítio eletrónico onde esta informação esteja publicada;</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p>	
---	---	---	--



<p>respetivo recinto desportivo. 6 - A violação do disposto no presente artigo implica, enquanto a situação se mantiver, a suspensão da realização do espetáculo desportivo em causa, a aplicar pela APCVD. 7 - (Revogado.)</p>			
<p>Artigo 27.º Distribuição e venda de títulos de ingresso falsos ou irregulares 1 - Quem distribuir para venda ou vender títulos de ingresso para um espetáculo desportivo em violação do sistema de emissão e venda de títulos de ingresso previsto no artigo anterior ou sem ter recebido autorização expressa e prévia do organizador da competição desportiva, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2 - A tentativa é punível.</p>	<p>Artigo 27.º [...] 1 - Quem vender ou distribuir para venda títulos de ingresso para espetáculo desportivo, incluindo ingressos de época, em violação do sistema de emissão e venda de títulos de ingresso previsto no artigo anterior ou sem ter recebido autorização expressa e prévia do organizador da competição desportiva, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2 - [...].</p>	<p>Artigo 27.º [...] 1 - Quem vender ou distribuir para venda títulos de ingresso para espetáculo desportivo, incluindo ingressos de época, em violação do sistema de emissão e venda de títulos de ingresso previsto no artigo anterior ou sem ter recebido autorização expressa e prévia do organizador da competição desportiva, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2 - [...].</p>	<p>Sem comentários</p>
<p>Artigo 28.º Distribuição e venda irregulares de títulos de ingresso 1 - Quem distribuir para venda ou vender títulos de ingresso para um espetáculo desportivo de modo a provocar sobrelotação do recinto desportivo, em parte ou no seu todo, ou com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, vantagem patrimonial sem que para tal esteja autorizado, é</p>	<p>Artigo 28.º [...] 1 - [...]. 2 - [...]. 3 - Se dos factos praticados no n.º 1 resultar a sobrelotação do recinto desportivo, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.</p>	<p>Artigo 28.º [...] 1 - [...]. 2 - [...]. 3 - Se dos factos praticados no n.º 1 resultar a sobrelotação do recinto desportivo, o agente é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa. 2 - A tentativa é punível.</p>			
<p>Artigo 29.º Dano qualificado no âmbito de espetáculo desportivo ou de acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo 1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos, organizado ou não, destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável, transporte público, instalação ou equipamento utilizado pelo público ou de utilidade coletiva ou outros bens de relevo, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, ou com pena de multa até 600 dias. 2 - Quem, praticando os atos a que se refere o número anterior, causar alarme ou inquietação entre a população é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.</p>	<p>Artigo 29.º [...] 1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos no artigo 212.º, 213.º e 214.º do Código Penal durante a deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo. 2 - [Revogado].</p>	<p>Artigo 29.º [...] 1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos no artigo 212.º, 213.º e 214.º do Código Penal durante a deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo. 2 - [Revogado].</p>	<p>Sem comentários</p>
<p>Artigo 30.º Participação em rixa na deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo 1 - Quem, aquando da deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o</p>	<p>Artigo 30.º [...] 1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, intervier ou tomar parte em rixa de duas ou mais pessoas durante a deslocação para ou de espetáculo</p>	<p>Artigo 30.º [...] 1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, intervier ou tomar parte em rixa de duas ou mais pessoas durante a deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>fenómeno desportivo, intervier ou tomar parte em rixa entre duas ou mais pessoas de que resulte:</p> <p>a) Morte ou ofensa à integridade física dos contendores;</p> <p>b) Risco de ofensa à integridade física ou perigo para terceiros; ou</p> <p>c) Alarme ou inquietação entre a população;</p> <p>é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p> <p>2 - A participação em rixa não é punível quando for determinada por motivo não censurável, nomeadamente quando visar reagir contra um ataque, defender outra pessoa ou separar os contendores</p>	<p>desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.</p> <p>2 - A tentativa é punível.</p> <p>3 - Se da rixa resultar:</p> <p>a) Morte ou ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão até 4 anos;</p> <p>b) Ofensa à integridade física simples ou alarme ou inquietação entre a população, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p> <p>4 - [Anterior n.º 2].</p>	<p>acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.</p> <p>2 - A tentativa é punível.</p> <p>3 - Se da rixa resultar:</p> <p>a) Morte ou ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão até 4 anos;</p> <p>b) Ofensa à integridade física simples ou alarme ou inquietação entre a população, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p> <p>4 - [Anterior n.º 2].</p>	
<p>Artigo 31.º</p> <p>Arremesso de objeto ou de produtos líquidos</p> <p>Quem, encontrando-se no interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo, encontrando-se em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo ou na deslocação para ou de espetáculo desportivo, arremessar objetos ou produto líquido e criar deste modo perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.</p>	<p>Artigo 31.º</p> <p>[...]</p> <p>Quem, encontrando-se:</p> <p>a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo;</p> <p>b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo; ou</p> <p>c) Na deslocação para ou de espetáculo desportivo;</p> <p>arremessar objetos ou produto líquido e criar deste modo perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 4 anos.</p>	<p>Artigo 31.º</p> <p>[...]</p> <p>Quem, encontrando-se:</p> <p>a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo;</p> <p>b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo; ou</p> <p>c) Na deslocação para ou de espetáculo desportivo;</p> <p>arremessar objetos ou produto líquido e criar deste modo perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 4 anos.</p>	Sem comentários
<p>Artigo 32.º</p>	<p>Artigo 32.º</p>	<p>Artigo 32.º</p>	<p>Artigo 32.º</p>



<p>Invasão da área do espetáculo desportivo</p> <p>1 - Quem, encontrando-se no interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo, invadir a área desse espetáculo ou aceder a zonas do recinto desportivo inacessíveis ao público em geral, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa.</p> <p>2 - O previsto no número anterior é aplicável a quem aceder a áreas de treino ou a áreas de estágio, mesmo que não se encontre a decorrer qualquer evento desportivo.</p> <p>3 - Se das condutas referidas nos números anteriores resultar perturbação do normal curso do espetáculo desportivo, treino ou estágio, que implique a suspensão, interrupção ou cancelamento do mesmo, o agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.</p>	<p>[...]</p> <p>1 - Quem, durante um espetáculo desportivo, invadir a respetiva área de jogo ou aceder a zonas do recinto desportivo inacessíveis ao público em geral, e desse modo levar à perturbação do seu normal curso, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.</p> <p>2 - Quem, sem consentimento ou autorização de quem de direito, se introduzir ou permanecer em áreas de treino ou em áreas de estágio, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa.</p> <p>3 - [Revogado].</p>	<p>[...]</p> <p>1 - Quem, durante um espetáculo desportivo, invadir a respetiva área de jogo ou aceder a zonas do recinto desportivo inacessíveis ao público em geral, e desse modo levar à perturbação do seu normal curso, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.</p> <p>2 - Quem, sem consentimento ou autorização de quem de direito, se introduzir ou permanecer em áreas de treino ou em áreas de estágio, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa.</p> <p>3 - [Revogado].</p>	<p>Não percebemos a razão pela qual é revogado o n.º 3 do presente artigo.</p>
<p>Artigo 33.º</p> <p>Ofensas à integridade física</p> <p>Quem, encontrando-se no interior do recinto desportivo, durante a ocorrência de um espetáculo desportivo, ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, com ou sem a colaboração de pelo menos outra pessoa, ofender a integridade física de terceiros é punido com pena de prisão</p>	<p>Artigo 33.º</p> <p>Ofensas à integridade física na deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo.</p> <p>1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos nos artigos</p>	<p>Artigo 33.º</p> <p>Ofensas à integridade física na deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo.</p> <p>1 - Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos nos artigos</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>de 6 meses a 4 anos, ou com pena de multa até 600 dias, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.</p>	<p>143.º, 144.º e 145.º do Código Penal durante a deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo. 2 - Quem, encontrando-se: a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo; b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo; praticar os factos descritos nos artigos 143.º, 144.º e 145.º do Código Penal contra agentes desportivos, membros dos órgãos de comunicação social, elementos das forças de segurança, assistentes de recinto desportivo ou qualquer outro responsável pela proteção e segurança, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em metade nos seus limites mínimo e máximo.</p>	<p>143.º, 144.º e 145.º do Código Penal durante a deslocação para ou de espetáculo desportivo ou em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo. 2 - Quem, encontrando-se: a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo; b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo; praticar os factos descritos nos artigos 143.º, 144.º e 145.º do Código Penal contra agentes desportivos, membros dos órgãos de comunicação social, elementos das forças de segurança, assistentes de recinto desportivo ou qualquer outro responsável pela proteção e segurança, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com a correspondente pena de prisão agravada em metade nos seus limites mínimo e máximo.</p>	
<p>Artigo 35.º Pena acessória de interdição de acesso a recintos desportivos 1 - Quem for condenado pelos crimes previstos nos artigos 29.º a 34.º é punido na interdição de acesso a</p>	<p>Artigo 35.º Penas acessórias 1 - A pessoa punida pelos factos descritos nos artigos 29.º a 33.º é condenada na interdição de acesso a</p>	<p>Artigo 35.º Penas acessórias 1 - A pessoa punida pelos factos descritos nos artigos 29.º a 33.º é condenada na interdição de acesso a</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>recintos desportivos por um período de 1 a 5 anos, se pena acessória mais grave não couber por força de outra disposição legal.</p> <p>2 – (Revogado.)</p> <p>3 - A aplicação da pena acessória referida no n.º 1 pode incluir a obrigação de apresentação e permanência junto de uma autoridade judiciária ou de órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, podendo ser estabelecida a coincidência horária com a realização de competições desportivas, nacionais e internacionais, da modalidade em cujo contexto tenha ocorrido o crime objeto da pena principal e que envolvam o clube, associação ou sociedade desportiva a que o agente se encontre de alguma forma associado, tomando sempre em conta as exigências profissionais e o domicílio do agente.</p> <p>4 - Nos casos de condenação pelo crime previsto no artigo 34.º, a aplicação da pena acessória referida no n.º 1 inclui a obrigação prevista no número anterior.</p> <p>5 - Nos casos de reincidência pela prática dos crimes previstos nos artigos 29.º a 33.º, a aplicação da pena acessória referida no n.º 1 inclui a obrigação prevista no n.º 3.</p>	<p>recintos desportivos, por um período de 1 a 5 anos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - A aplicação da pena acessória a que se refere o n.º 1 pode incluir a obrigação de apresentação e permanência junto de uma autoridade judiciária ou de órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, podendo ser estabelecida a coincidência horária com a realização de competições desportivas, nacionais e internacionais, em cujo contexto tenha ocorrido o crime objeto da pena principal e que envolvam o clube, associação ou sociedade desportiva a que o agente se encontre de alguma forma relacionado, tomando sempre em conta as exigências profissionais e o domicílio do agente.</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	<p>recintos desportivos, por um período de 1 a 5 anos.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - A aplicação da pena acessória a que se refere o n.º 1 pode incluir a obrigação de apresentação e permanência junto de uma autoridade judiciária ou de órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, podendo ser estabelecida a coincidência horária com a realização de competições desportivas, nacionais e internacionais, em cujo contexto tenha ocorrido o crime objeto da pena principal e que envolvam o clube, associação ou sociedade desportiva a que o agente se encontre de alguma forma relacionado, tomando sempre em conta as exigências profissionais e o domicílio do agente.</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	
---	--	--	--



<p>6 - Para efeitos de contagem do prazo da pena acessória referida no n.º 1, não é considerado o tempo em que o agente estiver privado da liberdade por força de medida de coação processual, pena ou medida de segurança, sem prejuízo do disposto no número seguinte.</p> <p>7 - A interdição de acesso a recintos desportivos mantém-se durante os períodos de gozo de licenças de saída jurisdicionais ou administrativas previstas no Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.</p> <p>8 - A aplicação da pena acessória de interdição de acesso a recintos desportivos é comunicada ao PNID, tendo em vista a comunicação da decisão judicial portuguesa às autoridades policiais e judiciárias de outro Estado-Membro da União Europeia, sempre que tal seja imprescindível.</p>			
<p>Artigo 35.º-A Contenção de adeptos considerados violentos</p> <p>1 - As informações recebidas pelo PNID relativas a decisões transitadas em julgamento em países terceiros que determinem a interdição de entrada em recintos desportivos ou a aplicação de</p>	<p>Artigo 35.º-A [...] 1 - [...].</p> <p>2 - A ocorrência de atos de violência praticados por grupos organizados de adeptos previamente ao espetáculo desportivo, autorizam as forças de segurança a impedir a entrada ou</p>	<p>Artigo 35.º-A [...] 1 - [...].</p> <p>2 - A ocorrência de atos de violência praticados por grupo de adeptos composto por, pelo menos, três pessoas, organizado ou não, previamente ao espetáculo desportivo,</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>sanção equivalente, autorizam as forças de segurança a impedir a entrada ou permanência em recintos desportivos nacionais.</p> <p>2 - O incumprimento da ordem a que se refere o número anterior constitui crime de desobediência qualificada, previsto e punível nos termos do n.º 2 do artigo 348.º do Código Penal.</p> <p>3 - É aplicável aos casos a que se refere o n.º 1 o disposto nos artigos 30.º e 31.º, no n.º 3 do artigo 32.º e no artigo 33.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.</p>	<p>permanência destes em recintos desportivos.</p> <p>3 - Quem incumprir as ordens a que se referem os números anteriores é punido por crime de desobediência qualificada.</p> <p>4 - É aplicável aos casos a que se referem os n.ºs 1 e 2 o disposto nos artigos 30.º e 31.º, no n.º 3 do artigo 32.º e no artigo 33.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.</p>	<p>autorizam as forças de segurança a impedir a entrada ou permanência destes em recintos desportivos.</p> <p>3 - Quem incumprir as ordens a que se referem os números anteriores é punido por crime de desobediência qualificada.</p> <p>4 - É aplicável aos casos a que se referem os n.ºs 1 e 2 o disposto nos artigos 30.º e 31.º, no n.º 3 do artigo 32.º e no artigo 33.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.</p>	
<p>Artigo 36.º- Medida de coação de interdição de acesso a recintos desportivos</p> <p>1 - Se houver fortes indícios da prática de crime previsto na presente lei, o juiz pode impor ao arguido as medidas de:</p> <p>a) Interdição de acesso ou permanência a recinto desportivo dentro do qual se realizem espetáculos desportivos da modalidade em que ocorreram os factos; e ou</p> <p>b) Proibição de se aproximar de qualquer recinto desportivo, durante os 30 dias anteriores à data da realização de qualquer espetáculo desportivo e no dia da realização do mesmo.</p> <p>2 - À medida de coação referida na alínea a) do número anterior aplicam-se os prazos máximos previstos para a</p>	<p>Artigo 36.º [...]</p> <p>1 - Se houver fortes indícios da prática de crime previsto na presente lei ou, independentemente disso, de crime praticado em recinto desportivo ou noutro contexto relacionado com o fenómeno desportivo, o juiz pode impor ao arguido, cumulativa ou separadamente, as medidas de:</p> <p>a) Interdição de acesso ou permanência em recinto desportivo;</p> <p>b) [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [Revogado].</p>	<p>Artigo 36.º [...]</p> <p>1 - Se houver fortes indícios da prática de crime previsto na presente lei ou, independentemente disso, de crime praticado em recinto desportivo ou noutro contexto relacionado com o fenómeno desportivo, o juiz pode impor ao arguido, cumulativa ou separadamente, as medidas de:</p> <p>a) Interdição de acesso ou permanência em recinto desportivo;</p> <p>b) [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [Revogado].</p>	<p>Artigo 36.º</p> <p>Não percebemos a razão pela qual é revogado o n.º 4 do presente artigo.</p>



<p>prisão preventiva previstos no Código de Processo Penal.</p> <p>3 - As medidas de coação previstas no n.º 1 podem ser cumuladas com a obrigação de o arguido se apresentar a uma autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, podendo ser estabelecida a coincidência horária com a realização de competições desportivas, nacionais e internacionais, da modalidade em cujo contexto tenha ocorrido o crime objeto da pena principal e que envolvam o clube, associação ou sociedade desportiva a que o agente se encontre de alguma forma associado, tomando sempre em conta as exigências profissionais e o domicílio do agente.</p> <p>4 - O disposto nos números anteriores pode ser aplicado aos casos em que se verifique existirem fortes indícios da prática de crime referido no n.º 6 do artigo 91.º do novo regime jurídico das armas e suas munições, aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, e nos restantes casos referentes a recintos desportivos previstos naquele artigo.</p>			
<p>Artigo 39.º- Contraordenações</p> <p>1 - Constitui contraordenação, para efeitos do disposto na presente lei:</p>	<p>Artigo 39.º Contraordenações</p> <p>1 - [...]:</p>	<p>Artigo 39.º Contraordenações</p> <p>1 - [...]:</p>	<p>Artigo 39.º</p> <p>Para além do previsto no N.º 1, h), o arremesso de objetos para a</p>



<p>a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas no anel ou perímetro de segurança e no interior do recinto desportivo, exceto nas zonas criadas para o efeito, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º;</p> <p>b) A introdução, transporte e venda nos recintos desportivos de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve não contundente;</p> <p>c) A introdução, venda e aluguer ou distribuição nos recintos desportivos de almofadas que não sejam feitas de material leve não contundente;</p> <p>d) A prática de atos ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;</p> <p>e) A utilização nos recintos desportivos de buzinas alimentadas por baterias, corrente elétrica ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com exceção da instalação sonora do promotor do espetáculo desportivo;</p> <p>f) A utilização de dispositivos luminosos tipo luz laser, que, pela sua intensidade, seja capaz de provocar danos físicos ou</p>	<p>a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas no anel ou perímetro de segurança e no interior do recinto desportivo, exceto nas zonas criadas para o efeito, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º;</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) A prática ou a promoção de atos que incitem ou defendam a discriminação e o ódio contra pessoa ou grupo de pessoas, nomeadamente em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de género, no âmbito de espetáculo desportivo ou em quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo nos termos e âmbito previstos na presente lei.</p> <p>e) [...];</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) [...];</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...].</p> <p>m) O acesso e a permanência nas zonas definidas pelo artigo 16.º-A, sem o</p>	<p>a) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas no anel ou perímetro de segurança e no interior do recinto desportivo, exceto nas zonas criadas para o efeito, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 7.º;</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) A prática ou a promoção de atos que incitem ou defendam a discriminação e o ódio contra pessoa ou grupo de pessoas, nomeadamente em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de género, no âmbito de espetáculo desportivo ou em quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo nos termos e âmbito previstos na presente lei.</p> <p>e) [...];</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) [...];</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...].</p> <p>m) O acesso e a permanência nas zonas definidas pelo artigo 16.º-A, sem o correspondente título de ingresso válido.</p>	<p>área do espetáculo desportivo deverá ser considerado também, com agravante.</p>
---	---	---	--



<p>perturbar a concentração e o desempenho dos atletas;</p> <p>g) A introdução ou utilização de substâncias ou engenhos explosivos, artigos de pirotecnia ou fumígenos, ou objetos que produzam efeitos similares, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis;</p> <p>h) O arremesso de objetos, fora dos casos previstos no artigo 31.º;</p> <p>i) O incumprimento do dever de usar de correção, moderação e respeito relativamente a promotores dos espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo;</p> <p>j) A introdução, posse, transporte ou utilização de megafones e outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas, que não sejam da responsabilidade destes últimos, em</p>	<p>correspondente título de ingresso válido.</p> <p>n) A invasão da área de jogo do espetáculo desportivo ou o acesso a zonas do recinto desportivo inacessíveis ao público em geral que não resulte em perturbação prevista no artigo 32.º.</p> <p>o) A prática de atos, a promoção ou o incitamento à violência ou à intolerância, no âmbito de espetáculo desportivo ou em quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo nos termos e âmbito previstos na presente lei.</p> <p>2 - [Revogado].</p>	<p>n) A invasão da área de jogo do espetáculo desportivo ou o acesso a zonas do recinto desportivo inacessíveis ao público em geral que não resulte em perturbação prevista no artigo 32.º.</p> <p>o) A prática de atos, a promoção ou o incitamento à violência ou à intolerância, no âmbito de espetáculo desportivo ou em quaisquer acontecimentos relacionados com o fenómeno desportivo nos termos e âmbito previstos na presente lei.</p> <p>2 - [Revogado].</p>	
---	--	---	--



<p>violação do disposto no n.º 4 do artigo 23.º ou do artigo 24.º, bem como a sua utilização sem a devida aprovação, em violação do previsto no n.º 9 do artigo 16.º-A;</p> <p>k) A ostentação ou envergamento de qualquer utensílio ou apetrecho que oculte, total ou parcialmente, o rosto do espetador de espetáculo desportivo;</p> <p>l) A venda, ostentação ou envergamento de qualquer utensílio ou vestuário que incite à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>2 - À prática dos atos previstos nas alíneas d), f), g), h) e i) do número anterior, quando praticados contra pessoas com deficiência e ou incapacidades, aplica-se o regime contraordenacional previsto na Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto.</p>			
<p>Artigo 39.º- A Contraordenações referentes a promotores, organizadores e proprietários</p> <p>1 - Constitui contraordenação a prática pelo promotor do espetáculo desportivo dos seguintes atos:</p> <p>a) O incumprimento do dever de assunção da responsabilidade pela segurança do recinto desportivo e anéis</p>	<p>Artigo 39.º- A [...] 1 - [...]: a) [...]; b) [...]; c) [...]; d) O incumprimento do dever de adoção de regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo e do seu</p>	<p>Artigo 39.º- A [...] 1 - [...]: a) [...]; b) [...]; c) [...]; d) O incumprimento do dever de adoção de regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo e do seu</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>de segurança, em violação do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>b) O incumprimento do dever de aplicação de medidas sancionatórias aos seus associados envolvidos em perturbações da ordem pública, impedindo o acesso aos recintos desportivos nos termos e condições do respetivo regulamento ou promovendo a sua expulsão dos mesmos, em violação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>c) O incumprimento do dever de proteção dos indivíduos que sejam alvo de ameaças e os bens e pertences destes, designadamente facilitando a respetiva saída de forma segura do complexo desportivo, ou a sua transferência para setor seguro, em coordenação com os elementos da força de segurança, em violação do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>d) O incumprimento do dever de adoção de regulamentos de segurança e de utilização dos espaços de acesso público do recinto desportivo, em violação do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>e) O incumprimento do dever de designação do gestor de segurança, em violação do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º-A;</p>	<p>cumprimento, em violação do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>e) O incumprimento do dever de designação do gestor de segurança ou a sua designação sem as habilitações ou vínculo previstos, em violação do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º-A;</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) A promoção, o incitamento ou a defesa pública da violência, do racismo, da xenofobia, da intolerância ou do ódio, nomeadamente através da realização de críticas ou observações violentas, que utilizem termos desrespeitosos, que façam uso da injúria, difamação ou ameaça, ou que afetem a realização pacífica e ordeira dos espetáculos desportivos e a relação entre quaisquer entidades, grupos ou indivíduos envolvidos na sua concretização, ou a adoção de comportamentos desta natureza, em violação do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...];</p> <p>m) [...];</p> <p>n) [...];</p>	<p>cumprimento, em violação do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>e) O incumprimento do dever de designação do gestor de segurança ou a sua designação sem as habilitações ou vínculo previstos, em violação do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º-A;</p> <p>f) [...];</p> <p>g) [...];</p> <p>h) [...];</p> <p>i) [...];</p> <p>j) A promoção, o incitamento ou a defesa pública da violência, do racismo, da xenofobia, da intolerância ou do ódio, nomeadamente através da realização de críticas ou observações violentas, que utilizem termos desrespeitosos, que façam uso da injúria, difamação ou ameaça, ou que afetem a realização pacífica e ordeira dos espetáculos desportivos e a relação entre quaisquer entidades, grupos ou indivíduos envolvidos na sua concretização, ou a adoção de comportamentos desta natureza, em violação do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>k) [...];</p> <p>l) [...];</p> <p>m) [...];</p> <p>n) [...];</p>	
---	--	--	--



<p>f) A violação do dever de garantir o cumprimento de todas as regras e condições de acesso e de permanência de espetadores no recinto desportivo, em violação do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>g) A violação do dever de impedir o acesso ao recinto desportivo, relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada medida de interdição de acesso a recintos desportivos, pena de privação do direito de entrar em recintos desportivos ou sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos, em violação do disposto na subalínea i) da alínea h) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>h) A violação do dever de impedir a obtenção de quaisquer benefícios concedidos pelo clube, associação ou sociedade desportiva, relativamente a quaisquer indivíduos aos quais tenha sido aplicada medida de interdição de acesso a recintos desportivos, pena de privação do direito de entrar em recintos desportivos ou sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos, em violação do disposto na subalínea ii) da alínea h) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>i) O incumprimento dos deveres de correção, moderação e respeito</p>	<p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p> <p>r) [...];</p> <p>s) [...];</p> <p>t) O incumprimento do dever de envio da gravação de imagem e som e cedência ou impressão de fotogramas captados pelo sistema de videovigilância previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 8.º, ou o seu envio não cumprindo os requisitos aí previstos;</p> <p>u) [Revogada];</p> <p>v) O incumprimento do dever de designar e comunicar à APCVD e ao organizador da competição desportiva um Oficial de Ligação aos Adeptos, nos termos do artigo 10.º-B.</p> <p>w) O incumprimento da obrigação de remessa, face a qualquer uma das entidades relevantes, de relatório sobre o espetáculo desportivo, ou a omissão do relato de incidentes, nos termos definidos pelos n.ºs 6 e 7 do artigo 10.º-A.</p> <p>x) O incumprimento do dever de garantir aprovação pelas forças de segurança das coreografias de estádio, previsto nos termos conjugados do n.º 7 do artigo 22.º e da alínea v) do n.º 1 do artigo 8.º.</p>	<p>o) [...];</p> <p>p) [...];</p> <p>q) [...];</p> <p>r) [...];</p> <p>s) [...];</p> <p>t) O incumprimento do dever de envio da gravação de imagem e som e cedência ou impressão de fotogramas captados pelo sistema de videovigilância previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 8.º, ou o seu envio não cumprindo os requisitos aí previstos;</p> <p>u) [Revogada];</p> <p>v) O incumprimento do dever de designar e comunicar à APCVD e ao organizador da competição desportiva um Oficial de Ligação aos Adeptos, nos termos do artigo 10.º-B.</p> <p>w) O incumprimento da obrigação de remessa, face a qualquer uma das entidades relevantes, de relatório sobre o espetáculo desportivo, ou a omissão do relato de incidentes, nos termos definidos pelos n.ºs 6 e 7 do artigo 10.º-A.</p> <p>x) O incumprimento do dever de garantir aprovação pelas forças de segurança das coreografias de estádio, previsto nos termos conjugados do n.º 7 do artigo 22.º e da alínea v) do n.º 1 do artigo 8.º.</p>	
---	---	---	--



<p>relativamente a outros promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo, em violação do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>j) O incitamento ou a defesa públicas da violência, do racismo, da xenofobia, da intolerância ou do ódio, nomeadamente através da realização de críticas ou observações violentas, que utilizem terminologia desrespeitosa, que façam uso da injúria, difamação ou ameaça, ou que afetem a realização pacífica e ordeira dos espetáculos desportivos e a relação entre quaisquer entidades, grupos ou indivíduos envolvidos na sua concretização, ou a adoção de comportamentos desta natureza, em violação do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>k) O incumprimento do dever de zelar por que dirigentes, técnicos, jogadores, pessoal de apoio ou representantes dos clubes, associações ou sociedades desportivas ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j) do n.º 1 do</p>	<p>2 - Constitui contraordenação a prática pelo organizador da competição desportiva dos seguintes atos:</p> <p>a) O incumprimento do dever de elaboração e registo dos regulamentos internos em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, em violação do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º;</p> <p>b) O incumprimento do dever de reporte das sanções aplicadas no âmbito do regulamento de prevenção da violência, em violação do disposto no n.º 8 do artigo 5.º;</p> <p>c) O incumprimento dos deveres de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo, em violação do disposto nos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>d) A promoção, o incitamento ou a defesa pública da violência, do racismo, da xenofobia, da intolerância</p>	<p>2 - Constitui contraordenação a prática pelo organizador da competição desportiva dos seguintes atos:</p> <p>a) O incumprimento do dever de elaboração e registo dos regulamentos internos em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, em violação do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º;</p> <p>b) O incumprimento do dever de reporte das sanções aplicadas no âmbito do regulamento de prevenção da violência, em violação do disposto no n.º 8 do artigo 5.º;</p> <p>c) O incumprimento dos deveres de correção, moderação e respeito relativamente a outros promotores de espetáculos desportivos e organizadores de competições desportivas, associações, clubes, sociedades desportivas, agentes desportivos, adeptos, autoridades públicas, elementos da comunicação social e outros intervenientes no espetáculo desportivo, em violação do disposto nos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>d) A promoção, o incitamento ou a defesa pública da violência, do racismo, da xenofobia, da intolerância ou do ódio, nomeadamente através da</p>	
---	--	--	--



<p>artigo 8.º, previsto na alínea k) do n.º 1 desse artigo;</p> <p>l) O incumprimento das obrigações a que se refere o n.º 1 do artigo 18.º, fixadas, na matéria, ao abrigo do regime jurídico das instalações desportivas de uso público e respetiva regulamentação;</p> <p>m) A falta de requisição de policiamento de espetáculo desportivo, em violação do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>n) O incumprimento do dever de criação de zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional, considerados de risco elevado, e de impedir o acesso às mesmas a espetadores que não cumpram os requisitos previstos no artigo 16.º-A, em violação do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>o) O incumprimento do dever de garantir as condições necessárias ao cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 16.º-A, em violação do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>p) O incumprimento do dever de impedir a utilização de megafones e</p>	<p>ou do ódio, nomeadamente através da realização de críticas ou observações violentas, que utilizem terminologia desrespeitosa, que façam uso da injúria, difamação ou ameaça, ou que afetem a realização pacífica e ordeira dos espetáculos desportivos e a relação entre quaisquer entidades, grupos ou indivíduos envolvidos na sua concretização, ou a adoção de comportamentos desta natureza, em violação do disposto nos termos conjugados da alínea j) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>e) O incumprimento do dever de zelar por que dirigentes, técnicos, jogadores, pessoal de apoio ou representantes do organizador ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 8.º, previsto nos termos conjugados da alínea k) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>f) O incumprimento do dever de apresentação de relatório das medidas de prevenção socioeducativa realizadas, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 9.º;</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - Os clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor são responsáveis pelas contraordenações</p>	<p>realização de críticas ou observações violentas, que utilizem terminologia desrespeitosa, que façam uso da injúria, difamação ou ameaça, ou que afetem a realização pacífica e ordeira dos espetáculos desportivos e a relação entre quaisquer entidades, grupos ou indivíduos envolvidos na sua concretização, ou a adoção de comportamentos desta natureza, em violação do disposto nos termos conjugados da alínea j) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>e) O incumprimento do dever de zelar por que dirigentes, técnicos, jogadores, pessoal de apoio ou representantes do organizador ajam de acordo com os preceitos das alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 8.º, previsto nos termos conjugados da alínea k) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 8.º;</p> <p>f) O incumprimento do dever de apresentação de relatório das medidas de prevenção socioeducativa realizadas, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 9.º;</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - Os clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor são responsáveis pelas contraordenações previstas nas alíneas h), i), j) e k) no n.º</p>	
--	--	---	--



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

<p>outros instrumentos produtores de ruídos, por percussão mecânica e de sopro, bem como de bandeiras, faixas, tarjas e outros acessórios, de qualquer natureza e espécie, de dimensão superior a 1 m por 1 m, passíveis de serem utilizados em coreografias de apoio aos clubes e sociedades desportivas, que não sejam da responsabilidade destes últimos, nos recintos onde se realizem espetáculos desportivos integrados nas competições desportivas de natureza profissional ou de natureza não profissional considerados de risco elevado, fora das zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos, em violação do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>q) O incumprimento do dever de comunicação previsto no n.º 5 do artigo 16.º-A;</p> <p>r) O incumprimento do dever de informação previsto no n.º 7 do artigo 16.º-A;</p> <p>s) O incumprimento do dever de implementar sistemas de vigilância e controlo destinados a impedir o excesso de lotação, em qualquer setor ou bancada do recinto, ou de assegurar o desimpedimento das vias de acesso, em</p>	<p>previstas nas alíneas h), i), j) e k) no n.º 1, quando praticadas pelos seus adeptos.</p>	<p>1, quando praticadas pelos seus adeptos.</p>	
--	--	---	--



<p>violação do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>t) O incumprimento do dever de envio da gravação de imagem e som e impressão de fotogramas colhidos pelo sistema de videovigilância previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>u) O incumprimento do dever de apresentação de relatório das medidas de prevenção socioeducativa realizadas, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º</p> <p>2 - Constitui contraordenação a prática pelo organizador da competição desportiva do disposto nas alíneas i), j) e k) do número anterior, bem como o incumprimento do dever de aprovação dos regulamentos internos em matéria de prevenção e punição das manifestações de violência, racismo, xenofobia e intolerância nos espetáculos desportivos, neste caso, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 8.º</p> <p>3 - Constitui contraordenação a prática pelo proprietário do recinto desportivo do previsto na alínea d) do n.º 1, em violação do disposto no n.º 3 do artigo 8.º</p>			
Artigo 39.º- B	Artigo 39.º- B [...]	Artigo 39.º- B [...]	Sem comentários



<p>Contraordenações relativas ao regime dos grupos organizados de adeptos em especial</p> <p>1 - Constitui contraordenação a prática pelo promotor do espetáculo desportivo dos seguintes atos:</p> <p>a) O incumprimento do dever de zelar por que os grupos organizados de adeptos do respetivo clube, associação ou sociedade desportiva participem do espetáculo desportivo sem recurso a práticas violentas, racistas, xenófobas, ofensivas, ou que perturbem a ordem pública ou o curso normal, pacífico e seguro da competição e de toda a sua envolvente, nomeadamente, no curso das suas deslocações e nas manifestações que realizem dentro e fora de recintos, em violação do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>b) O incumprimento do dever de manter uma lista atualizada dos adeptos de todos os grupos organizados do respetivo clube, associação ou sociedade desportiva, ou o não fornecimento da mesma às autoridades judiciárias, administrativas e policiais competentes, em violação do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 8.º;</p> <p>c) O incumprimento do dever de reservar, nos recintos desportivos que</p>	<p>1 - Constitui contraordenação a prática pelo promotor do espetáculo desportivo dos seguintes atos:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) O incumprimento do dever de remeter às forças de segurança e à APCVD cópias dos protocolos relativos a apoios técnicos, financeiros e materiais concedidos a grupos organizados de adeptos, ou das suas alterações, em violação do disposto no n.º 5 do artigo 14.º.</p> <p>e) [...];</p> <p>f) [...].</p> <p>2 - [...]:</p> <p>a) A atribuição, pelo promotor, de apoios a grupos organizados de adeptos registados que não sejam objeto de protocolo, nomeadamente facilidades de utilização ou cedência de instalações, apoio técnico, financeiro ou material, em violação do disposto no n.º 3 do artigo 14.º;</p> <p>b) A atribuição de qualquer apoio a grupos organizados de adeptos que adotem sinais, símbolos ou expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que</p>	<p>1 - Constitui contraordenação a prática pelo promotor do espetáculo desportivo dos seguintes atos:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) O incumprimento do dever de remeter às forças de segurança e à APCVD cópias dos protocolos relativos a apoios técnicos, financeiros e materiais concedidos a grupos organizados de adeptos, ou das suas alterações, em violação do disposto no n.º 5 do artigo 14.º.</p> <p>e) [anterior alínea e)];</p> <p>f) [anterior alínea f)].</p> <p>2 - [...]:</p> <p>a) [Revogada];</p> <p>b) A atribuição de qualquer apoio a grupos organizados de adeptos que adotem sinais, símbolos ou expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia política, em violação do disposto no n.º 6 do artigo 14.º;</p> <p>c) Não assegurar a fiscalização devida, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 14.º;</p>	
--	--	---	--



<p>lhes estão afetos, uma ou mais áreas específicas para os filiados dos grupos organizados de adeptos, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º;</p> <p>d) (Revogada.)</p> <p>e) A permissão de acesso ou ingresso em áreas destinadas aos filiados dos grupos organizados de adeptos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 16.º;</p> <p>f) O incumprimento do dever de impedir os grupos organizados de adeptos de aceder e permanecer, antes e durante o espetáculo desportivo, noutras zonas do recinto desportivo que não aquelas que lhes estão destinadas, em violação do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 8.º</p> <p>2 - Constitui contraordenação:</p> <p>a) A atribuição de qualquer apoio, nomeadamente através da concessão de facilidades de utilização ou cedência de instalações, de apoio técnico, financeiro ou material, em violação do disposto no n.º 2 do artigo 14.º;</p> <p>b) A atribuição de qualquer apoio a grupos organizados de adeptos que adotem sinais, símbolos e ou expressões que incitem à violência, ao racismo, à xenofobia, à intolerância nos espetáculos desportivos, ou a qualquer outra forma de discriminação, ou que traduzam manifestações de ideologia</p>	<p>traduzam manifestações de ideologia política, em violação do disposto no n.º 6 do artigo 14.º;</p> <p>c) Não assegurar a fiscalização devida, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 14.º;</p> <p>d) A atribuição de qualquer apoio por qualquer outra entidade que pretenda concedê-los a grupo organizado de adeptos, em violação do disposto nos n.ºs 2 e 10 do artigo 14.º;</p> <p>e) A violação da obrigação de confirmação prévia junto da APCVD da suscetibilidade de atribuição de quaisquer facilidades ou apoios a determinado grupo organizado de adeptos, em violação do disposto no n.º 11 do artigo 14.º;</p> <p>f) [Revogada].</p> <p>3 - Os clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor são responsáveis pelas contraordenações previstas nas alíneas a), b), f) e g) do n.º 1, quando praticadas pelos seus adeptos.</p>	<p>d) [Revogada];</p> <p>e) A violação da obrigação de confirmação prévia junto da APCVD da suscetibilidade de atribuição de quaisquer facilidades ou apoios a determinado grupo organizado de adeptos, em violação do disposto no n.º 11 do artigo 14.º;</p> <p>f) [Revogada].</p> <p>3 - Os clubes ou sociedades desportivas visitantes ou que não tenham a qualidade de promotor são responsáveis pelas contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1, quando praticadas pelos seus adeptos.</p>	
--	---	---	--



<p>política, em violação do disposto no n.º 5 do artigo 14.º;</p> <p>c) Não assegurar a fiscalização devida, em violação do disposto no n.º 6 do artigo 14.º;</p> <p>d) A atribuição de qualquer apoio por qualquer outra entidade que pretenda concedê-los a grupo organizado de adeptos, em violação do disposto no n.º 9 do artigo 14.º;</p> <p>e) A violação da obrigação de confirmação prévia junto da APCVD da suscetibilidade de atribuição de quaisquer facilidades ou apoios a determinado grupo organizado de adeptos, em violação do disposto no n.º 10 do artigo 14.º;</p> <p>f) A atribuição de qualquer apoio a grupos organizados de adeptos que não se encontrem previamente registados ou cujo registo tenha sido suspenso ou anulado, em violação do disposto no n.º 6 do artigo 15.º</p>			
<p>Artigo 40.º Coimas 1 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 250 (euro) e 3740 (euro), a prática do ato previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 39.º 2 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 750 (euro) e 5000 (euro), a prática dos atos previstos nas</p>	<p>Artigo 40.º [...] 1 - É punida com coima entre € 250 e € 3 740 a prática do ato previsto nas alíneas c) e m) do n.º 1 do artigo 39.º. 2 - É punida com coima entre € 750 e € 5 000 a prática dos atos previstos nas alíneas a), b), e), f), e k) do n.º 1 do artigo 39.º.</p>	<p>Artigo 40.º [...] 1 - É punida com coima entre € 250 e € 3 740 a prática do ato previsto nas alíneas c) e m) do n.º 1 do artigo 39.º. 2 - É punida com coima entre € 750 e € 5 000 a prática dos atos previstos nas alíneas a), b), e), f), e k) do n.º 1 do artigo 39.º.</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>alíneas a), b), e), f), i) e k) do n.º 1 do artigo 39.º</p> <p>3 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 1000 (euro) e 10 000 (euro), a prática dos atos previstos nas alíneas d), g), h), j) e l) do n.º 1 do artigo 39.º</p> <p>4 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 1500 (euro) e 50 000 (euro), a prática dos atos previstos nas alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 39.º-A, bem como dos previstos no n.º 2 do mesmo artigo por referência ao disposto na referida alínea k) do n.º 1.</p> <p>5 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 2500 (euro) e 100 000 (euro), a prática dos atos previstos nas alíneas d), f), h), i) e t) do n.º 1 do artigo 39.º-A, no n.º 2 do mesmo artigo por referência ao disposto na alínea i) do n.º 1, na segunda parte do n.º 2 e no n.º 3 do mesmo artigo, bem como dos previstos nas alíneas b) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 39.º-B.</p> <p>6 - Constitui contraordenação, punida com coima entre 5000 (euro) e 200 000 (euro), a prática dos atos previstos nas alíneas a), b), c), e), g), j), l), m), n), o), p), q), r), s) do n.º 1 do artigo 39.º-A, no n.º 2 do mesmo artigo por referência ao disposto na alínea j) do n.º 1, bem como dos previstos nas alíneas a), c), e) e f) do</p>	<p>3 - É punida com coima entre € 1 000 e € 10 000 a prática dos atos previstos nas alíneas g), h), i), j), l), n), e o) do n.º 1 do artigo 39.º.</p> <p>4 - É punida com coima entre € 1 750 e € 50 000 a prática dos atos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 39.º e nas alíneas v), w) e x) do n.º 1 e alínea e) e f) do n.º 2 do artigo 39.º-A.</p> <p>5 - É punida com coima entre € 3 000 e € 100 000 a prática dos atos previstos nas alíneas f), i) e k) do n.º 1, alínea c) do n.º 2, n.º 3, e n.º 4 por referência às alíneas h), i) e k) do n.º 1, todos do artigo 39.º-A, bem como dos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 39.º-B.</p> <p>6 - É punida com coima entre € 6 000 e € 200 000 a prática dos atos previstos nas alíneas a), b), c), d), e), g), h), j), l), m), n), o), p), q), r), s) e t) do n.º 1, na alínea a), b) e d) do n.º 2, e no n.º 4 por referência à alínea j) do n.º 1, todos do artigo 39.º-A, e dos atos previstos nas alíneas a) a f) do n.º 1, nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 39.º-B.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Quando os atos previstos nas alíneas d), f), g), h), i) e o) do n.º 1 do artigo 39.º forem praticados contra pessoas com deficiência ou incapacidades, são as respetivas</p>	<p>3 - É punida com coima entre € 1 000 e € 10 000 a prática dos atos previstos nas alíneas g), h), i), j), l), n), e o) do n.º 1 do artigo 39.º.</p> <p>4 - É punida com coima entre € 1 750 e € 50 000 a prática dos atos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 39.º e nas alíneas v), w) e x) do n.º 1 e alínea e) e f) do n.º 2 do artigo 39.º-A.</p> <p>5 - É punida com coima entre € 3 000 e € 100 000 a prática dos atos previstos nas alíneas f), i) e k) do n.º 1, alínea c) do n.º 2, n.º 3, e n.º 4 por referência às alíneas h), i) e k) do n.º 1, todos do artigo 39.º-A, bem como dos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 39.º-B.</p> <p>6 - É punida com coima entre € 6 000 e € 200 000 a prática dos atos previstos nas alíneas a), b), c), d), e), g), h), j), l), m), n), o), p), q), r), s) e t) do n.º 1, na alínea a), b) e d) do n.º 2, e no n.º 4 por referência à alínea j) do n.º 1, todos do artigo 39.º-A, e dos atos previstos nas alíneas a) a f) do n.º 1, nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 39.º-B.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - Quando os atos previstos nas alíneas d), f), g), h), i) e o) do n.º 1 do artigo 39.º forem praticados contra pessoas com deficiência ou incapacidades, são as respetivas coimas elevadas, nos seus</p>	
--	--	--	--



<p>n.º 1 e a), b), c), d) e f) do n.º 2 do artigo 39.º-B.</p> <p>7 - Os agentes desportivos que, por qualquer forma, praticarem ou incitarem à prática dos atos a que se refere o n.º 1 do artigo 39.º são punidos com coimas elevadas, nos seus montantes mínimo e máximo, para o dobro do previsto nos números anteriores, respetivamente.</p> <p>8 - A tentativa é punível, sendo os limites mínimo e máximo da coima aplicável reduzidos de um terço.</p> <p>9 - A negligência é punível, sendo os limites mínimo e máximo da coima aplicável reduzidos a metade.</p>	<p>coimas elevadas, nos seus montantes mínimo e máximo, em metade, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.</p> <p>9 - [Anterior n.º 8].</p> <p>10 - [Anterior n.º 9].</p>	<p>montantes mínimo e máximo, em metade, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.</p> <p>9 - [Anterior n.º 8].</p> <p>10 - [Anterior n.º 9].</p>	
<p>Artigo 41.º - A Reincidência</p> <p>1 - Considera-se reincidente quem pratica uma contraordenação no prazo de um ano após ter sido condenado por outra contraordenação se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar em virtude de a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência.</p> <p>2 - Em caso de reincidência, os limites mínimos e máximos da coima são elevados em um terço do respetivo valor.</p>	<p>Artigo 41.º - A [...]</p> <p>1 - Considera-se reincidente quem pratica uma contraordenação no prazo de dois anos após ter sido condenado por outra contraordenação se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar em virtude de a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p>	<p>Artigo 41.º - A [...]</p> <p>1 - Considera-se reincidente quem pratica uma contraordenação no prazo de dois anos após ter sido condenado por outra contraordenação se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar em virtude de a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>3 - Em caso de reincidência nas violações de deveres pelo promotor do espetáculo desportivo pode ser aplicada a sanção acessória de realização de espetáculos desportivos à porta fechada enquanto a situação se mantiver, até ao limite de uma época desportiva.</p>			
<p>Artigo 42.º Sanções acessórias 1 - A condenação por contraordenação prevista nas alíneas d), g) e h) do n.º 1 do artigo 39.º pode determinar, em função da gravidade da infração e da culpa do agente, a aplicação da sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos por um período de até 2 anos. 2 - O disposto nos n.os 3 e 6 do artigo 35.º e no artigo 38.º aplica-se, com as necessárias adaptações, aos casos a que se refere o presente artigo. 3 - A condenação por contraordenação prevista nos artigos 39.º-A e 39.º-B pode determinar, em função da gravidade da infração e da culpa do agente, a aplicação da sanção acessória de realização de espetáculos desportivos à porta fechada, ou a aplicação da sanção acessória de interdição de zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos do respetivo</p>	<p>Artigo 42.º [...] 1 - A condenação por contraordenação prevista nas alíneas d), g), h), i), l), n) e o) do n.º 1 do artigo 39.º pode determinar, em função da gravidade da infração e da culpa do agente, a aplicação da sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos por um período de até 3 anos. 2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...]: 5 - A pessoa que não cumprir as sanções previstas nos n.ºs 1 e 2 é punida por crime de desobediência qualificada.</p>	<p>Artigo 42.º [...] 1 - A condenação por contraordenação prevista nas alíneas d), g), h), i), l), n) e o) do n.º 1 do artigo 39.º pode determinar, em função da gravidade da infração e da culpa do agente, a aplicação da sanção acessória de interdição de acesso a recintos desportivos por um período de até 3 anos. 2 - [...]. 3 - [...]. 4 - [...]: 5 - A pessoa que não cumprir as sanções previstas nos n.ºs 1 e 2 é punida por crime de desobediência qualificada.</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>recinto desportivo, por um período de até 12 espetáculos.</p> <p>4 - É punida com sanção acessória prevista no número anterior a reincidência no período de dois anos:</p> <p>a) Da prática de contraordenação prevista nas alíneas n) a q) do n.º 1 do artigo 39.º-A e no artigo 39.º-B;</p> <p>b) Da violação pelo promotor do dever de garantir o cumprimento das regras de permanência de espetadores no recinto desportivo no que se refere à utilização de material produtor de fogo-de-artifício, quaisquer engenhos pirotécnicos, fumígenos ou produtores de efeitos análogos, bem como produtos explosivos, nos termos da lei em vigor.</p>			
<p>Artigo 43.º Competência</p> <p>1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 6, o presidente da APCVD tem competência para determinar a instauração de processo contraordenacional quando haja suspeita da prática de contraordenação prevista na presente lei.</p> <p>2 - A instrução dos processos e a aplicação das coimas e das sanções acessórias previstas na presente lei são da competência da APCVD.</p>	<p>Artigo 43.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [Revogado].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - As decisões finais dos processos de contraordenação instaurados pela prática de atos xenófobos ou racistas são comunicadas à CICDR, à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e ao Ministério Público, bem</p>	<p>Artigo 43.º [...]</p> <p>1 - [...].</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [Revogado].</p> <p>5 - [Revogado].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - As decisões finais dos processos de contraordenação instaurados pela prática de atos xenófobos ou racistas são comunicadas à CICDR, à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e ao Ministério Público, bem como quaisquer</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>3 - O prazo para a instrução é de 180 dias, prorrogável por igual período, mediante autorização do presidente da APCVD, sob proposta fundamentada do instrutor.</p> <p>4 - Quando haja indícios de discriminação de qualquer natureza, a APCVD solicita à Comissão Permanente da CICDR a emissão de parecer vinculativo sobre a natureza discriminatória das respetivas práticas, devendo ser remetidos os respetivos elementos ao Ministério Público com vista à eventual instauração de procedimento criminal.</p> <p>5 - O parecer referido no número anterior é solicitado no prazo de cinco dias e emitido no prazo de 20 dias, findo o qual a decisão final do processo de contraordenação pode ser proferida.</p> <p>6 - A APCVD deve comunicar à força de segurança territorialmente competente, ao PNID, ao promotor e ao organizador do espetáculo desportivo a aplicação de medidas cautelares e as decisões aplicadas aos processos de contraordenação previstos na presente lei.</p> <p>7 - As decisões finais dos processos de contraordenação instaurados pela prática de atos xenófobos ou racistas são comunicadas à CICDR e ao</p>	<p>como quaisquer medidas cautelares aplicadas neste âmbito.</p> <p>8 - [...].</p> <p>9 - Se houver fortes indícios da prática de contraordenação prevista nas alíneas d), g), h), i), n) e o) do n.º 1 do artigo 39.º, o presidente da APCVD, mediante proposta do instrutor do processo, pode impor ao arguido, como medida cautelar, a interdição de acesso ou permanência em recinto desportivo, até decisão do processo.</p> <p>10 - Sem prejuízo da aplicação do disposto no número anterior, quando haja indícios de discriminação:</p> <p>a) em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, a APCVD solicita à Comissão Permanente da CICDR, no prazo de cinco dias, a emissão de parecer vinculativo sobre a natureza discriminatória das respetivas práticas:</p> <p>b) em razão do sexo, orientação sexual ou identidade de género, a APCVD solicita à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), no prazo de cinco dias, a emissão de parecer vinculativo sobre a natureza discriminatória das respetivas práticas</p> <p>11 - Os pareceres previstos no número anterior são emitidos no prazo de 20 dias, findo o qual a decisão final do</p>	<p>medidas cautelares aplicadas neste âmbito.</p> <p>8 - [...].</p> <p>9 - Se houver fortes indícios da prática de contraordenação prevista nas alíneas d), g), h), i), n) e o) do n.º 1 do artigo 39.º, o presidente da APCVD, mediante proposta do instrutor do processo, pode impor ao arguido, como medida cautelar, a interdição de acesso ou permanência em recinto desportivo, até decisão do processo.</p> <p>10 - Sem prejuízo da aplicação do disposto no número anterior, quando haja indícios de discriminação:</p> <p>a) em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, a APCVD solicita à Comissão Permanente da CICDR, no prazo de cinco dias, a emissão de parecer vinculativo sobre a natureza discriminatória das respetivas práticas:</p> <p>b) em razão do sexo, orientação sexual ou identidade de género, a APCVD solicita à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), no prazo de cinco dias, a emissão de parecer vinculativo sobre a natureza discriminatória das respetivas práticas</p> <p>11 - Os pareceres previstos no número anterior são emitidos no prazo de 20 dias, findo o qual a decisão final do</p>	
---	---	--	--



<p>Ministério Público, bem como quaisquer medidas cautelares aplicadas neste âmbito.</p> <p>8 - Para efeitos do disposto no n.º 2, as forças de segurança remetem à APCVD os autos levantados no prazo de cinco dias úteis a contar da ocorrência dos factos que lhes deram origem.</p> <p>9 - Se houver fortes indícios da prática de contraordenação prevista nas alíneas d), g), h) e j) do n.º 1 do artigo 39.º, o presidente da APCVD, mediante proposta do instrutor do processo, pode impor ao arguido, como medida cautelar, a interdição de acesso ou permanência em recinto desportivo onde se realizem espetáculos desportivos da modalidade em que ocorreram os factos, até decisão do processo.</p>	<p>processo de contraordenação pode ser proferida.</p> <p>12 - A APCVD pode determinar a medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos se houver fortes indícios da prática de crime no âmbito de espetáculo desportivo ou de acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo.</p> <p>13 - A medida cautelar a que se refere o número anterior extingue-se assim que seja determinada a abertura de inquérito ou, independentemente disso, prazo de 10 dias a contar da data em que é determinada.</p>	<p>processo de contraordenação pode ser proferida.</p> <p>12 - A APCVD pode determinar a medida cautelar de interdição de acesso a recintos desportivos se houver fortes indícios da prática de crime no âmbito de espetáculo desportivo ou de acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo.</p> <p>13 - A medida cautelar a que se refere o número anterior extingue-se assim que seja determinada a abertura de inquérito ou, independentemente disso, prazo de 10 dias a contar da data em que é determinada.</p>	
<p>Artigo 43.º - A</p> <p>Processo sumaríssimo</p> <p>1 - Sempre que o auto de contraordenação seja acompanhado de provas simples e evidentes de que resultem indícios suficientes de se ter verificado algum dos ilícitos de mera ordenação social previstos nos artigos 39.º a 39.º-B, pode a APCVD, no prazo de 10 dias, e antes de acusar formalmente o arguido, comunicar-lhe a decisão de aplicação de admoestação</p>	<p>Artigo 43.º - A</p> <p>[...]</p> <p>1 - Sempre que o auto de contraordenação seja acompanhado de provas simples e evidentes de que resultem indícios suficientes de se ter verificado algum dos ilícitos de mera ordenação social previstos nos artigos 39.º a 39.º-B, pode a APCVD, no prazo de 20 dias, e antes de acusar formalmente o arguido, comunicar-lhe a decisão de aplicação de admoestação</p>	<p>Artigo 43.º - A</p> <p>[...]</p> <p>1 - Sempre que o auto de contraordenação seja acompanhado de provas simples e evidentes de que resultem indícios suficientes de se ter verificado algum dos ilícitos de mera ordenação social previstos nos artigos 39.º a 39.º-B, pode a APCVD, no prazo de 20 dias, e antes de acusar formalmente o arguido, comunicar-lhe a decisão de aplicação de admoestação ou de coima</p>	<p>Sem comentários</p>



<p>ou de coima cuja medida concreta não exceda dois terços do limite mínimo da moldura abstratamente prevista para a infração.</p> <p>2 - A APCVD pode ainda determinar que o arguido adote o comportamento legalmente exigido dentro do prazo que lhe fixar para o efeito.</p> <p>3 - Nas situações referidas no n.º 4 do artigo anterior, o presidente da Comissão Permanente da CICDR emite parecer no prazo de 48 horas, findo o qual pode ser proferida a decisão.</p> <p>4 - A decisão é escrita e contém a identificação do arguido, a descrição sumária dos factos imputados e a menção das disposições legais violadas, e termina com a admoestação ou a indicação da coima concretamente aplicada.</p> <p>5 - O arguido é notificado da decisão e informado de que lhe assiste o direito de a recusar, no prazo de cinco dias, e da consequência prevista no número seguinte.</p> <p>6 - A recusa ou o silêncio do arguido no prazo referido no número anterior, o requerimento de qualquer diligência complementar, o incumprimento do disposto no n.º 2 ou o não pagamento da coima no prazo de 10 dias após a notificação referida no número anterior</p>	<p>ou de coima cuja medida concreta não exceda dois terços do limite mínimo da moldura abstratamente prevista para a infração.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	<p>cuja medida concreta não exceda dois terços do limite mínimo da moldura abstratamente prevista para a infração.</p> <p>2 - [...].</p> <p>3 - [...].</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p> <p>6 - [...].</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	
--	--	--	--



<p>determinam o imediato prosseguimento do processo de contraordenação, ficando sem efeito a decisão referida nos n.os 1 a 3.</p> <p>7 - Tendo o arguido procedido ao cumprimento do disposto no n.º 2 e ao pagamento da coima que lhe tenha sido aplicada, a decisão torna-se definitiva, como decisão condenatória, não podendo o facto voltar a ser apreciado como contraordenação e sendo comunicada ao organizador da competição desportiva onde o facto ocorreu.</p> <p>8 - A decisão proferida em processo sumaríssimo, de acordo com o estabelecido nos números anteriores, implica a perda de legitimidade do arguido para recorrer da mesma.</p>			
<p>Artigo 43.º - B Publicitação das decisões A APCVD, publicita as decisões finais condenatórias dos processos de contraordenação na sua página na Internet.</p>	<p>Artigo 43.º - B [...] A APCVD publica as decisões condenatórias definitivas ou transitadas em julgado dos processos de contraordenação na sua página na Internet.</p>	<p>Artigo 43.º - B [...] A APCVD publica as decisões condenatórias definitivas ou transitadas em julgado dos processos de contraordenação na sua página na Internet.</p>	Sem comentários
<p>Artigo 45.º Direito subsidiário O processamento das contraordenações e a aplicação das correspondentes sanções previstas na presente lei estão</p>	<p>Artigo 45.º [...] O regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de</p>	<p>Artigo 45.º [...] O regime geral do ilícito de mera ordenação social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de</p>	Sem comentários



sujeitos ao regime geral das contraordenações.	outubro, é aplicável ao processamento das contraordenações e à aplicação das coimas e sanções acessórias previstas na presente lei, bem como à demais matéria contraordenacional não prevista.	outubro, é aplicável ao processamento das contraordenações e à aplicação das coimas e sanções acessórias previstas na presente lei, bem como à demais matéria contraordenacional não prevista.	
<p>Artigo 46.º Sanções disciplinares por atos de violência</p> <p>1 - O incitamento ou a prática de atos de violência são punidos, conforme a respetiva gravidade, com as seguintes sanções:</p> <p>a) Interdição do recinto desportivo, e, bem assim, a perda dos efeitos desportivos dos resultados das competições desportivas, nomeadamente os títulos e os apuramentos, que estejam relacionadas com os atos que foram praticados e, ainda, a perda, total ou parcial, de pontos nas classificações desportivas;</p> <p>b) Realização de espetáculos desportivos à porta fechada;</p> <p>c) Multa.</p> <p>d) Interdição do exercício da atividade;</p> <p>e) Interdição de acesso a recinto desportivo.</p> <p>2 - As sanções previstas na alínea a) do número anterior são aplicáveis, consoante a gravidade dos atos e das</p>	<p>Artigo 46.º Sanções disciplinares por atos de violência</p> <p>1 - A prática de atos, a promoção ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância são punidos, conforme a respetiva gravidade, com as seguintes sanções:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...].</p> <p>2 - [...];</p> <p>3 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...].</p> <p>d) A prática de atos, a promoção ou o incitamento ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p>	<p>Artigo 46.º Sanções disciplinares por atos de violência</p> <p>1 - A prática de atos, a promoção ou o incitamento à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância são punidos, conforme a respetiva gravidade, com as seguintes sanções:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) [...].</p> <p>2 - [...];</p> <p>3 - [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...].</p> <p>d) A prática de atos, a promoção ou o incitamento ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>4 - [...].</p> <p>5 - [...].</p>	Sem comentários



<p>suas consequências, aos clubes, associações e sociedades desportivas intervenientes no respetivo espetáculo desportivo cujos sócios, adeptos ou simpatizantes pratiquem uma das seguintes infrações:</p> <p>a) Agressão aos agentes desportivos, elementos das forças de segurança em serviço, gestor de segurança, coordenador de segurança, assistentes de recinto desportivo, bem como a todas as pessoas autorizadas por lei ou por regulamento a permanecerem na área do espetáculo desportivo que leve o árbitro, juiz ou cronometrista, justificadamente, a não dar início ou reinício ao espetáculo desportivo ou mesmo a dá-lo por findo antes do tempo regulamentar;</p> <p>b) Invasão da área do espetáculo desportivo que, de forma justificada, impeça o início ou conclusão do espetáculo desportivo;</p> <p>c) Ocorrência, antes, durante ou após o espetáculo desportivo, de agressões às pessoas referidas na alínea a) que provoquem lesões de especial gravidade, quer pela sua natureza, quer pelo tempo e grau de incapacidade.</p> <p>3 - A sanção de realização de espetáculos desportivos à porta fechada é aplicável às entidades referidas no</p>	<p>6 - A sanção de interdição de exercício da atividade e de interdição de acesso a recinto desportivo é aplicada, por um período não inferior a 60 dias, a dirigentes ou representantes das sociedades desportivas ou clubes que pratiquem ou incitem à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	<p>6 - A sanção de interdição de exercício da atividade e de interdição de acesso a recinto desportivo é aplicada, por um período não inferior a 60 dias, a dirigentes ou representantes das sociedades desportivas ou clubes que pratiquem ou incitem à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>7 - [...].</p> <p>8 - [...].</p>	
--	--	--	--



<p>número anterior cujos sócios, adeptos ou simpatizantes pratiquem uma das seguintes infrações:</p> <p>a) Agressões sobre as pessoas referidas na alínea a) do número anterior;</p> <p>b) Ocorrência de distúrbios ou invasão da área do espetáculo desportivo que provoquem, de forma injustificada, o atraso no início ou reinício do espetáculo desportivo ou levem à sua interrupção não definitiva;</p> <p>c) Agressões sobre os espetadores ou sobre os elementos da comunicação social, dentro do recinto desportivo, antes, durante ou após o espetáculo desportivo, que determinem lesões de especial gravidade, quer pela sua natureza quer pelo tempo de incapacidade.</p> <p>4 - Sem prejuízo das sanções previstas nos números anteriores, a sanção de multa é aplicada nos termos previstos nos regulamentos dos organizadores da competição desportiva ou dos promotores do espetáculo desportivo, quando se verificar a prática das seguintes infrações:</p> <p>a) Agressões previstas na alínea c) do número anterior que não revistam especial gravidade;</p> <p>b) A prática de ameaças e ou coação contra as pessoas ou entidades</p>			
--	--	--	--



<p>referidas na alínea a) do número anterior;</p> <p>c) Ocorrência de distúrbios que provoquem, de forma injustificada, o atraso no início ou reinício do espetáculo desportivo ou levem à sua interrupção não definitiva.</p> <p>5 - Se das situações previstas no número anterior resultarem danos para as infraestruturas desportivas que ponham em causa as condições de segurança, o recinto desportivo permanece interdito pelo período necessário à reposição das mesmas.</p> <p>6 - A sanção de interdição de exercício da atividade e de interdição de acesso a recinto desportivo é aplicada a dirigentes ou representantes das sociedades desportivas ou clubes que pratiquem ou incitem à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos.</p> <p>7 - A reincidência na mesma época desportiva das infrações previstas nos n.os 2 a 4 é obrigatoriamente punida com as sanções previstas nas alíneas a) ou b) do n.º 1.</p> <p>8 - O Governo regulamenta, sob parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a partilha de dados pessoais relativos a indivíduos suspeitos de praticar atos violentos, entre as forças</p>			
--	--	--	--



de segurança, o PNID, as autoridades judiciárias e administrativas e os organizadores e promotores, para efeitos de aplicação de sanções disciplinares por estes últimos.			
Artigo 48.º Procedimento disciplinar 1 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º-A só podem ser aplicadas mediante a instauração de procedimento disciplinar a efetuar pelo organizador da competição desportiva. 2 - O procedimento disciplinar referido no número anterior inicia-se com os relatórios do árbitro, das forças de segurança, do gestor de segurança, do coordenador de segurança e do delegado do organizador da competição desportiva. 3 - A entidade competente para aplicar as sanções de interdição ou de espetáculos desportivos à porta fechada gradua a sanção a aplicar por um período de um a cinco espetáculos desportivos, implicando a reincidência na mesma época desportiva o agravamento da sanção para, pelo menos, o dobro da sanção anterior.	Artigo 48.º [...] 1 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º-A só podem ser aplicadas mediante a instauração de procedimento disciplinar a efetuar pelo organizador da competição desportiva, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. 2 - [...]. 3 - [...].	Artigo 48.º [...] 1 - As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 46.º-A só podem ser aplicadas mediante a instauração de procedimento disciplinar a efetuar pelo organizador da competição desportiva, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte. 2 - [...]. 3 - [...].	Sem comentários
Artigo 49.º Realização de competições	Artigo 49.º [...]	Artigo 49.º [...]	Artigo 49.º



<p>No caso de interdição dos recintos desportivos, as competições desportivas que ao promotor do espetáculo desportivo interdito caberia realizar como visitado efetuam-se em recinto a indicar, pela federação ou pela liga profissional, consoante se trate, respetivamente, de competição desportiva profissional ou não profissional, e nos termos dos regulamentos adotados.</p>	<p>1 - No caso de interdição dos recintos desportivos, as competições desportivas que ao promotor do espetáculo desportivo interdito caberia realizar como visitado efetuam-se em recinto a indicar, pela federação ou pela liga profissional, consoante se trate, respetivamente, de competição desportiva não profissional ou profissional, e nos termos dos regulamentos adotados.</p> <p>2 - Quando os relatórios do árbitro ou os autos das forças de segurança mencionarem a ocorrência de ofensas à integridade física, nos termos do artigo 46.º, cometidos por parte dos adeptos afetos ao promotor do espetáculo desportivo, e sem prejuízo da instrução de processo disciplinar, é determinado pelo organizador da competição, de forma preventiva, que o espetáculo desportivo seguinte, organizado por esse promotor, se realiza à porta fechada.</p>	<p>No caso de interdição dos recintos desportivos, as competições desportivas que ao promotor do espetáculo desportivo interdito caberia realizar como visitado efetuam-se em recinto a indicar pela federação ou pela liga profissional, consoante se trate, respetivamente, de competição desportiva não profissional ou profissional, e nos termos dos regulamentos adotados.</p> <p>[Eliminada a proposta do n.º 2]</p>	<p>Parece-nos adequada a alteração introduzida face à versão preparada inicialmente pelo Governo, assinalada a verde, que vai ao encontro do sugerido pela FPF.</p>
<p>Artigo 50.º Prazos para a execução de determinadas medidas 1 - Deve ocorrer até ao início da época de 2009-2010: a) A adoção da regulamentação prevista no artigo 5.º, pelo organizador da competição desportiva;</p>	<p>Artigo 50.º [...] 1 - [...] 2 - Aos promotores do espetáculo desportivo que obtenham o direito de participar em competições desportivas de natureza profissional, por subida de escalão ou por qualquer outro</p>	<p>Artigo 50.º [...] 1 - [...] 2 - Aos promotores do espetáculo desportivo que obtenham o direito de participar em competições desportivas de natureza profissional, por subida de escalão ou por qualquer outro</p>	



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL

<p>b) O cumprimento do disposto no artigo 15.º, pelo grupo organizado de adeptos;</p> <p>c) A instalação do sistema de videovigilância previsto no artigo 18.º pelo promotor do espetáculo desportivo.</p> <p>2 - Aos promotores do espetáculo desportivo que obtenham o direito de participar em competições desportivas de natureza profissional, por subida de escalão ou por qualquer outro procedimento previsto em normas regulamentares das competições, o prazo para se adequarem ao disposto na presente lei é de dois anos, contados desde o início da época desportiva em que esse direito seja obtido.</p>	<p>procedimento previsto em normas regulamentares das competições, o prazo para se adequarem ao disposto na presente lei é de um ano, contado desde o início da época desportiva em que esse direito seja obtido.</p>	<p>procedimento previsto em normas regulamentares das competições, o prazo para se adequarem ao disposto na presente lei é de um ano, contado desde o início da época desportiva em que esse direito seja obtido.</p>	
	<p>Artigo 3.º Aditamento à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho São aditados à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual, os artigos 26.º-A, 28.º-A, 34.º-A e 34.º-B, com a seguinte redação:</p> <p>«Artigo 26.º-A Tramitação desmaterializada 1 - A tramitação dos procedimentos e a prática dos atos previstos na presente lei é efetuada de forma desmaterializada, acessível através do portal ePortugal, criado pela Resolução</p>	<p>Artigo 3.º Aditamento à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho São aditados à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual, os artigos 26.º-A, 28.º-A, 34.º-A e 34.º-B, com a seguinte redação:</p> <p>«Artigo 26.º-A Tramitação desmaterializada 1 - A tramitação dos procedimentos e a prática dos atos previstos na presente lei é efetuada de forma desmaterializada, acessível através do portal ePortugal,</p>	



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL**

	<p>do Conselho de Ministros n.º 46/2019 de 22 de fevereiro.</p> <p>2 - Quando, por motivo de indisponibilidade dos sistemas referidos no número anterior, não for possível o cumprimento do nele disposto, a transmissão da informação em causa pode ser efetuada por qualquer outro meio previsto na lei, nomeadamente através de correio eletrónico a indicar nos sítios na Internet da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto.</p> <p>3 - A informação e os formulários necessários para apresentação dos pedidos e registos são disponibilizados no portal ePortugal.</p> <p>4 - Os pedidos referidos no n.º 1, são feitos mediante utilização dos meios de autenticação eletrónica com Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital bem como dos meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.</p> <p>5 - Quando seja necessária a submissão de documentos assinados, é adotada a assinatura de documentos com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas, incluindo as do Cartão de Cidadão e</p>	<p>criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2019 de 22 de fevereiro.</p> <p>2 - Quando, por motivo de indisponibilidade dos sistemas referidos no número anterior, não for possível o cumprimento do nele disposto, a transmissão da informação em causa pode ser efetuada por qualquer outro meio previsto na lei, nomeadamente através de correio eletrónico a indicar nos sítios na Internet da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto.</p> <p>3 - A informação e os formulários necessários para apresentação dos pedidos e registos são disponibilizados no portal ePortugal.</p> <p>4 - Os pedidos referidos no n.º 1, são feitos mediante utilização dos meios de autenticação eletrónica com Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital bem como dos meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.</p> <p>5 - Quando seja necessária a submissão de documentos assinados, é adotada a assinatura de documentos com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas, incluindo as do Cartão de Cidadão e</p>	
--	--	--	--



**FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE FUTEBOL**

	<p>Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, ou outras que constem da Lista Europeia de Serviços de Confiança, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, na sua redação atual.</p> <p>6 - Para exercício do direito de acesso os titulares dos dados devem ter a possibilidade de consultar os dados pessoais que foram partilhados e quais os dados presentes nos registos dos sistemas de informação referidos no presente artigo através da área “Os meus dados” no portal ePortugal.</p> <p>7 - Considera-se que a informação pública neste âmbito pode revestir interesse para a prossecução das políticas de Dados Abertos, com a disponibilização dos dados em formatos passíveis de serem lidos por mecanismos automatizados, através de formatos e ferramentas abertas, para que possam ser reutilizados, transformados ou integrados por qualquer cidadão ou entidade.</p> <p>8 - O disposto no n.º 1 não prejudica as normas próprias do processo penal e do processo contraordenacional, na sua fase administrativa ou judicial.</p>	<p>Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais, ou outras que constem da Lista Europeia de Serviços de Confiança, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, na sua redação atual.</p> <p>6 - Para exercício do direito de acesso os titulares dos dados devem ter a possibilidade de consultar os dados pessoais que foram partilhados e quais os dados presentes nos registos dos sistemas de informação referidos no presente artigo através da área “Os meus dados” no portal ePortugal.</p> <p>7 - Considera-se que a informação pública neste âmbito pode revestir interesse para a prossecução das políticas de Dados Abertos, com a disponibilização dos dados em formatos passíveis de serem lidos por mecanismos automatizados, através de formatos e ferramentas abertas, para que possam ser reutilizados, transformados ou integrados por qualquer cidadão ou entidade.</p> <p>8 - O disposto no n.º 1 não prejudica as normas próprias do processo penal e do processo contraordenacional, na sua fase administrativa ou judicial.</p> <p>Artigo 28.º-A</p>	
--	--	--	--



	<p>Artigo 28.º-A Outros crimes contra o património no âmbito de espetáculo desportivo ou de acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo</p> <p>Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos nos artigos 203.º, 204.º, 209.º e 210.º, do Código Penal:</p> <p>a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo;</p> <p>b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo;</p> <p>c) Na deslocação para ou de espetáculo desportivo;</p> <p>é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo.</p> <p>Artigo 34.º-A Apoio ilícito a grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - Quem apoiar, sob qualquer forma, grupo organizado de adeptos em violação do disposto no n.º 2 do artigo 14.º é punido com pena de prisão até um ano.</p>	<p>Outros crimes contra o património no âmbito de espetáculo desportivo ou de acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo</p> <p>Quem, quando inserido num grupo de adeptos composto por, pelo menos, mais duas pessoas, organizado ou não, praticar os factos descritos nos artigos 203.º, 204.º, 209.º e 210.º, do Código Penal:</p> <p>a) No interior do recinto desportivo durante a ocorrência de um espetáculo desportivo;</p> <p>b) Em acontecimento relacionado com o fenómeno desportivo;</p> <p>c) Na deslocação para ou de espetáculo desportivo;</p> <p>é punido com a correspondente pena de prisão agravada em um quarto nos seus limites mínimo e máximo.</p> <p>Artigo 34.º-A Apoio ilícito a grupos organizados de adeptos</p> <p>1 - Quem apoiar, sob qualquer forma, grupo organizado de adeptos em violação do disposto no n.º 2 do artigo 14.º é punido com pena de prisão até um ano.</p> <p>2 - Quem apoiar, sob qualquer forma, grupo organizado de adeptos em termos</p>	<p>Artigo 34.º- A</p> <p>O apoio ilícito é dado, tipicamente, por pessoas coletivas. Como aplicar esta pena, nesses casos (sem prejuízo do disposto no 34.º-A)? Deveria ser definido o que se entende por apoio.</p>
--	---	--	---



	<p>2 - Quem apoiar, sob qualquer forma, grupo organizado de adeptos em termos não previstos no protocolo referido no n.º 3 do artigo 14.º, ou sem ter celebrado este protocolo, é punido com pena de prisão até um ano.</p> <p>3 - Se o apoio concedido for:</p> <p>a) De valor elevado, o agente é punido com pena de prisão até dois anos;</p> <p>b) De valor consideravelmente elevado, o agente é punido até três anos.</p> <p>Artigo 34.º-B Responsabilidade penal das pessoas coletivas e entidades equiparadas As pessoas coletivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos no artigo anterior.</p> <p>Artigo 4.º Norma revogatória São revogados os n.ºs 5 e 6 do artigo 5.º, as alíneas a) e k) do n.º 2 e as alíneas a) a c) do n.º 5 do artigo 7.º, os n.ºs 9 e 10 do artigo 10.º-A, o n.º 3 do artigo 10.º-B, os n.ºs 2 e 6 do artigo 15.º, o n.º 2 do artigo 29.º, o n.º 3 do artigo 32.º, o artigo 34.º, o n.º 4 do artigo 35.º, os n.ºs 2 e 4 do artigo 36.º, o artigo 37.º, o n.º 2 do artigo 39.º, a alínea u) do n.º 1 do artigo 39.º-A, a alínea f) do n.º 2 do artigo 39.º-B e os n.ºs 4 e 5 do artigo 43.º da Lei n.º</p>	<p>não previstos no protocolo referido no n.º 3 do artigo 14.º, ou sem ter celebrado este protocolo, é punido com pena de prisão até um ano.</p> <p>3 - Se o apoio concedido for:</p> <p>a) De valor elevado, o agente é punido com pena de prisão até dois anos;</p> <p>b) De valor consideravelmente elevado, o agente é punido até três anos.</p> <p>Artigo 34.º-B Responsabilidade penal das pessoas coletivas e entidades equiparadas As pessoas coletivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos no artigo anterior.</p> <p>Artigo 4.º Norma revogatória São revogados os n.ºs 5 e 6 do artigo 5.º, as alíneas a) e k) do n.º 2 e as alíneas a) a c) do n.º 5 do artigo 7.º, os n.ºs 9 e 10 do artigo 10.º-A, o n.º 3 do artigo 10.º-B, os n.ºs 2 e 6 do artigo 15.º, o n.º 2 do artigo 29.º, o n.º 3 do artigo 32.º, o artigo 34.º, o n.º 4 do artigo 35.º, os n.ºs 2 e 4 do artigo 36.º, o artigo 37.º, o n.º 2 do artigo 39.º, a alínea u) do n.º 1 do artigo 39.º-A, a alínea f) do n.º 2 do artigo 39.º-B e os n.ºs 4 e 5 do artigo 43.º da Lei n.º</p>	
--	--	---	--



	<p>artigo 39.º-B e os n.ºs 4 e 5 do artigo 43.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual.</p> <p>Artigo 5.º Republicação É republicada em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na redação introduzida pela presente lei.</p> <p>Artigo 6.º Entrada em vigor e produção de efeitos 1 - A presente lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação. 2 - O disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 5.º, no n.º 3 do artigo 17.º, no n.º 7 do artigo 40.º e nos n.ºs 1 e alínea d) do n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, com a redação dada pela presente lei, produz efeitos um ano após a entrada em vigor desta. 3 - O disposto no n.º 6 do artigo 16.º, na alínea i) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 26.º, bem como a revogação do n.º 4 do artigo 16.º, do n.º 3 do artigo 16.º-A e do n.º 6 do artigo 25.º produzem efeitos a partir da época desportiva de 2024/2025.</p>	<p>39/2009, de 30 de julho, na sua redação atual.</p> <p>Artigo 5.º Republicação É republicada em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, na redação introduzida pela presente lei.</p> <p>Artigo 6.º Entrada em vigor e produção de efeitos 1 - A presente lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação. 2 - O disposto no n.º 3 do artigo 17.º e nos n.ºs 1 e alínea d) do n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, com a redação dada pela presente lei, produz efeitos um ano após a entrada em vigor desta.</p>	<p>Artigo 6.º Não se compreende o curto prazo de entrada em vigor da Lei, em particular face às exigências decorrentes da mesma para clubes e organizadores, em particular, no âmbito do desporto não profissional.</p>
--	--	--	--